

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E GESTÃO EM TECNOLOGIA
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

JHEAN STEFFAN MARTINES DE CAMARGO

**DESENVOLVIMENTISMO, PRIVATIZAÇÕES E
NEO-DESENVOLVIMENTISMO:
UM ESTUDO SOBRE AS METAMORFOSES DO BNDES**

SOROCABA

2014

JHEAN STEFFAN MARTINES DE CAMARGO

DESENVOLVIMENTISMO, PRIVATIZAÇÕES E
NEO-DESENVOLVIMENTISMO:
UM ESTUDO SOBRE AS METAMORFOSES DO BNDES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues

SOROCABA

2014

JHEAN STEFFAN MARTINES DE CAMARGO

**DESENVOLVIMENTISMO, PRIVATIZAÇÕES E
NEO-DESENVOLVIMENTISMO:
UM ESTUDO SOBRE AS METAMORFOSES DO BNDES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.
Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 05 de dezembro de 2014.

Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues

Orientador
UFSCar

Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues

UFSCar

Prof. Dr. José Eduardo de Salles

Roselino
UFSCar

SOROCABA

2014

Agradeço ao Universo em toda a sua manifestação por ter me fornecido forças para começar e terminar um ciclo, agradeço-o ainda novamente por me fornecer energia para novos ciclos, novas experiências até o fim.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família pelo apoio, meus pais, padrasto, avós e agregados. Agradeço a Universidade Federal de São Carlos, por todo auxílio e conhecimento acumulado, destacando meu orientador Professor Rodrigo Vilela, meu professor e amigo Sílvio César Moral Marques, aos meus colegas que se formaram e aos que continuam na lida com os livros e manuais, Ricardo Maimone, Lucas Zamur, Leandro Ferreira da Silva, Rômulo Freitas, Ricardo “Barretos”, Wesley da Silva “Pimpão”, Eduardo Chamiço, Eline Emanoeli, Victor Moral, Diego Tonelotto, Dimas e Lucas Hoehne, Pedro Poloto e aos professores Diegues, Roselino, Monica Caron, Rita de Cássia Lana, Andrea Ferro, Eduardo Castro, Danilo Aguiar, Adelson Figueiredo, Aparecida, Mariusa Pitelli, Marcos Novelli, Andreza Palma todos sem ordem de preferência. Agradeço aos novos e velhos amigos que participaram da minha vida acadêmica e pessoal e reafirmo que sem vocês junto a mim eu não teria terminado este trabalho. Agradeço aos que estão longe e que mesmo a distancia contribuíram com seu bom humor para a feitura desta monografia, Rafael, Elvis, André Levy, Gustavo Palmeira, Marco Cavalieri, Sérgio, Alexandre e os demais do Lado Esquerdo do Economia. Existe uma infinidade de pessoas a qual eu preciso agradecer, mas o espaço é limitado no papel, porém não no meu coração.

“Close your ears to the voice of greed, and you can turn a gift for one on a gift for many.” - Wellwisher, Magic the Gathering
(“Feche seus ouvidos para as vozes da cobiça e poderá transformar um presente para um em um presente para muitos.”)

Resumo

CAMARGO, Jhean Steffan Martines de. Desenvolvimentismo, Privatizações e Neodesenvolvimentismo: Um Estudo Sobre as Metamorfoses do BNDES. 2014. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

O presente trabalho é uma análise descritiva dos processos históricos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), desde a sua criação em 1952 até o ano de 2014 compreendendo os três grandes períodos econômicos da economia brasileira recente: A fase do Desenvolvimentismo entre 1950 até 1980 onde a economia é liderada pelo Estado, o neo-liberalismo, que se iniciou na década de 90 com os presidentes de cunho liberal Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso até a fase do neo-desenvolvimentismo com Lula e Dilma. As metamorfoses do BNDES são os objetos de pesquisa deste trabalho e para tal é necessário reconstruir a história do BNDES junto às transformações da economia brasileira a partir da segunda metade do século XX.

Os Resultados encontrados sugerem relativa importância da instituição para o fortalecimento da indústria nacional ao longo do período compreendido. As análises dos relatórios anuais do BNDES encontrados no fim do trabalho mostram a evolução do resultado líquido da instituição passando de 300 milhões de reais em 1994 para uma média de 9 bilhões de reais na década de 2010.

O BNDES mostra a sua relevância para o Brasil como instituição fomentadora do desenvolvimento econômico e a sua demonstração é feita pelo método-histórico indutivo e pela análise descritiva.

Palavras-chaves: BNDES. Economia Brasileira. Desenvolvimentismo. Neodesenvolvimentismo. Neoliberalismo.

Abstract

This study is a descriptive analysis of historical processes BNDES (National Bank for Economic and Social Development), since its creation in 1952 until the year 2014 comprising the three major economic periods in recent Brazilian economy: The stage of Developmentism between 1950 until 1980 where the economy is headed by the State, neo-liberalism, which began in the 90s with the liberal nature of presidents Collor de Mello and Fernando Henrique Cardoso to the phase of neo-developmentalism with Lula and Dilma. BNDES The metamorphosis are the research objectives of this study and this requires reconstruct the history of the BNDES with the transformations of the Brazilian economy from the second half of the twentieth century.

The results found suggest relative importance of the institution to strengthen the domestic industry over the period from. The analysis of the annual reports of the BNDES found at the end of the study show the evolution of net income of the institution going from 300 million reais in 1994 to an average of 9 billion reais in the 2010s.

BNDES shows their relevance to Brazil as a sponsor institution of economic development and its case is made by inductive-historical method and by descriptive analysis.

Key-words: BNDES. Brazilian Economy. Developmentism. Neo-developmentalism. Neoliberalism.

Lista de abreviaturas e siglas

BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDES-par	BNDES - Participações
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CEXIM	Carteira de Exportação do Banco do Brasil
CMV	Comissão de Valores Imobiliários
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EXIMBANK	Export-Import Bank of the United States
FINAME	Fundo para Aquisição de Máquinas e Equipamentos
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
Mercosul	Mercado Comum do Sul
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desestatização
SUMOC	Superintendência de Moeda e Crédito

Sumário

1	Introdução	10
2	O BNDES no Período Desenvolvimentista e na Transição Democrática (1950-1990)	13
3	O BNDES e os Governos Liberais (1990-2002)	28
4	O BNDES e os Governos Neo-desenvolvimentistas (2003-2014)	38
5	Considerações Finais	46
	Referências	49
	Apêndices	52
	APÊNDICE A As Metamorfoses do BNDES por Meio dos Relatórios Anuais	53
	A.1 Relatórios Anuais de 1994 a 1997	53
	A.2 Relatórios Anuais de 1998 a 2001	59
	A.3 Relatórios Anuais de 2002 a 2005	65
	A.4 Relatórios Anuais de 2006 a 2009	71
	A.5 Relatórios Anuais de 2010 a 2013	77

1 Introdução

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), criado em 1952 se caracteriza como uma das instituições de maior relevância no cenário político e econômico brasileiro dado ao fato de ser responsável pelo financiamento de grandes empreendimentos e ser a única instituição capaz de realizar esses aportes de recursos financeiros para o médio e longo prazo.

No fim da Era Vargas, a interação diplomática entre Brasil e Estados Unidos dá origem à Missão Cooke de 1942 e à Missão Abbink de 1949, onde estes países estudavam a criação de uma instituição que permitisse financiar e realizar avaliações de projetos e grandes empreendimentos em solo brasileiro como fruto da cooperação entre os dois países. Como fruto destas missões, surge a comissão mista Brasil-Estados Unidos, que por fim, dá a origem ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE. Juntamente com o Banco do Brasil, o BNDE servia para financiar as empresas. Aos poucos a instituição se desenvolve e passa a aumentar a sua esfera de influência. As instituições se especializaram e passaram a realizar empréstimos para os demandantes de recursos financeiros, como as empresas públicas e privadas, nos mais diversos setores da economia. Os recursos do BNDE em parte vinham do FMI, do Eximbank, de tributos estatais, como o adicional do Imposto de Renda (CARRARO; FONSECA, 2003). Ianni (1965), afirma que o governo aparelhou o BNDE e ampliou o BB (para este em especial as carteiras de investimentos para exportação e importação e crédito agrícola) para estas instituições servirem como ferramentas para fomentar o desenvolvimento de empresas industriais, uma vez que o empresário não tinha acesso aos recursos financeiros, estes estavam escassos e espalhados. O governo cria então um mecanismo de canalizar o capital necessário para o financiamento desta etapa da industrialização brasileira.

Ao longo dos governos seguintes, o BNDE continua a desempenhar o papel de banco de desenvolvimento, seja no governo Juscelino Kubistchek, auxiliando na construção de Brasília, nos governos militares; durante o processo do “milagre econômico”, e nos governos subsequentes, o banco aumenta a sua participação como financiador de projetos, mesmo mudando a natureza de seus empréstimos, atendendo agora pequenas empresas e projetos de menor relevância, assim como mudanças internas em suas carteiras de empréstimos (CARRARO; FONSECA, op. cit.).

O BNDE se torna BNDES, sendo acrescentado o “S” de social em 1982, refletindo as alterações institucionais e de paradigmas dentro do banco. Ainda no mesmo ano, o banco se funde com outras subsidiárias e cria o BNDESPar, braço financeiro da empresa que age como um agente de *private equity*, investindo em ou-

tras empresas como acionista. Essas mudanças no final do governo militar e início da redemocratização coincidiam com uma preocupação maior das instituições com a questão de assistência social. O governo Figueiredo no mesmo ano cria também o Fin-Social (Fundo de Investimento Social), linhas de créditos e de recursos para financiar programas de saúde, moradias populares, educação e apoio ao pequeno agricultor. A ideologia da instituição acompanhava essas metamorfoses da sociedade, e o banco passa criar parceiras, como por exemplo com a Legião Brasileira de Assistência. Em 1990 o banco deixa de investir na área social, retomando em 1996 com a criação da Área de Desenvolvimento Social¹.

A análise dos relatórios anuais do BNDES a partir de 1994 revela aspectos importantes das transformações da instituição até 2013, período em que os relatórios são disponibilizados. Dentro dos dados disponíveis, os relatórios fornecem a evolução do resultado líquido da instituição que parte de R\$ 500 milhões de reais em 1994 para R\$ 8 bilhões em 2014. O patrimônio líquido da instituição também cresce na mesma proporção, da mesma forma em que os desembolsos aumentam, permitindo que a instituição passe a financiar seus desembolsos para os setores sem depender dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

As metamorfoses do BNDES são objetos de estudo neste trabalho, onde se estuda a interação e as transformações do BNDES junto as metamorfoses em que se encontra a economia brasileira. O trabalho está dividido com o pré-golpe, no governo JK, os anos de chumbo onde passamos pela ditadura militar e as políticas econômicas deste período onde também é o auge do desenvolvimentismo com a economia sendo liderada pelo Estado. O texto também aborda a transição democrática com o governo Sarney, o período liberal com a implantação do Estado neoliberal nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso e, por fim, os governos neo-desenvolvimentistas de Lula e Dilma, sendo que nos períodos apresentados espera-se metamorfoses institucionais do BNDES junto a cada governo.

Tem-se como justificativa para a feitura deste trabalho encontrar os elementos históricos descritivos que forneçam subsídios para compreender as metamorfoses do BNDES ao longo de seus mais de sessenta anos de história. A hipótese norteadora se dá no BNDES como ator importante para o financiamento do parque industrial brasileiro a partir de sua criação em 52 até os dias de hoje e a sua atuação como facilitador neste processo de desenvolvimento industrial. O presente trabalho tem como objetivo a criação de um arcabouço lógico por meio da análise histórico-descritiva dos eventos que se sucederam desde a criação do BNDES. A interação entre o Estado, as forças de mercado e os choques externos mostraram diversas fa-

¹ O link do texto pode ser encontrado neste endereço do BNDES.<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Livro_Anos_80.PDF>, acesso em 16/03/2014.

cetas do banco registrado na literatura e nos relatórios anuais da instituição. Fatos estes que podem ser respondidos pela revisão bibliográfica, principal meio de responder a hipótese apresentada.

Espera-se com este trabalho demonstrar as transformações do BNDES em cada governo, a importância da instituição para a formação do parque industrial brasileiro, a lucratividade da instituição e ressaltar a sua função como instituição de fomento ao desenvolvimento, palavra que é destacada no nome do banco.

Existe duas divisões neste trabalho, a primeira compreende a monografia regular com o estudo das metamorfoses da instituição, em grande parte destacando os grandes movimentos conjunturais que aconteceram ao longo da segunda metade do século XX. A outra divisão do trabalho compreende o apêndice onde se encontra uma análise dos relatórios anuais da instituição, que permite uma análise não pelos pesquisadores e pela bibliografia que estuda o BNDES mas pela própria instituição que se revela por meio das mensagens do presidente contidas nos relatórios. Em grande parte, as informações de cunho econômico-contábil se encontram destacadas no apêndice de modo que o texto da monografia não carrega em si tantas informações financeiras e para os leitores interessados neste tipo de informação técnica poderão ter uma leitura mais precisa ao ler o apêndice.

2 O BNDES no Período Desenvolvimentista e na Transição Democrática (1950-1990)

Os antecedentes da criação do BNDE vêm da interação entre o governo brasileiro e norte-americano, destacando a Comissão Mista-Brasil Estados Unidos. Sua necessidade se deu por duas partes, primeiro pelo lado americano que precisa ampliar sua base de exportações e para se isso se vale do instrumento de seu Exim-bank¹, da parte brasileira, é necessária a criação de uma instituição que seja responsável para realizar análises da viabilidade de projetos das empresas estatais e do financiamento de novas empresas dentro da lógica desenvolvimentista que estava se instalando como Plano de Estado, esta que perduraria por quase três décadas após a criação do BNDE.

É por meio da Lei número^o 1.628 de 18 de julho de 1952 que é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com sua primeira diretoria composta por Ari Frederico Torres como presidente, Roberto Campos, Glycon de Paiva como diretores e José Soares Maciel Filho como superintendente. Pelo ponto de vista administrativo, o banco era gerido pela Direção e pelo Conselho de Administração. Os conselheiros tinham mandato de três anos, o diretor-superintendente com mandato de cinco anos e os demais diretores com mandato de quatro anos. Nesta configuração, o presidente representava o banco externamente enquanto as decisões competiam ao diretor-superintendente ([TAVARES, 2010](#)).

Do ponto de vista da instituição, em seu primeiro organograma, o BNDE tinha os seguintes setores: Econômico, Técnico, Jurídico, Financeiro, Controle e Administrativo. O setor econômico era responsável por pesquisas e estudos econômicos, o técnico elaborava análises de viabilidade de projetos, e o financeiro e controle eram responsáveis pela liberação de recursos e controle das aplicações de recursos. Em 1953 o BNDE estabelece duas parcerias, com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, para estudar as estatísticas de contas nacionais e com a Cepal, onde foi firmada a parceria Cepal-BNDE, liderada pelo economista Celso Furtado ([TAVARES, 2010](#)).

¹ O Export-Import Bank of the United States (Ex-Im Bank) foi uma instituição criada em 2 de Fevereiro de 1934 pelo Presidente Franklin D. Roosevelt com o objetivo de criar empregos nos Estados Unidos da América por meio de exportações para outros países. A lógica de funcionamento da instituição é por meio de empréstimo de recursos para os agentes que não possuem condições de assumir riscos. Curiosamente, a primeira operação da instituição foi realizando empréstimos para Cuba em 1935 para a aquisição de barras de prata dos Estados Unidos.

Em 1956, Juscelino Kubistchek (JK) assume o governo como presidente da república. Vargas havia se suicidado dois anos antes, encerrando um ciclo político. A continuidade dos governos se vê entre o Plano de Reestruturação Econômica e o Plano de Metas de Juscelino. O Plano de Metas constituiu uma série de programas que tiveram como objetivo a modernização do país. Esses programas se dão nas mais diversas áreas, como modernização da infraestrutura, agricultura, alimentos, energia, transporte, portos, indústrias de base, urbanização, educação, dentre outras. Nessas áreas, o programa de metas tinha ao todo trinta metas e uma meta-síntese: a construção da nova capital do Brasil, Brasília².

A relação entre o Plano de Metas de J.K e o BNDE é descrita por [TAVARES](#), op. cit., p. 83: “(...) o BNDE pode ser apontado sem medo de errar como uma das principais instituições de fomento a industrialização e ao desenvolvimento brasileiros (...)”. O Plano de Metas pode ser entendido como uma das grandes experiências de planejamento no Brasil. Pode-se dizer que este momento teve considerável relevância para a estruturação do capitalismo industrial, sendo o primeiro grande ciclo endógeno de crescimento econômico, alavancado pela ação do Estado. A autora afirma que o fim da gestão J.K e a conclusão do Plano de Metas pode ser considerado como o fim de uma etapa do processo de diversificação industrial por substituição de importações, onde o investimento nas áreas de automobilística, eletromecânica e materiais elétricos considerados áreas que representavam um salto tecnológico e de aumento da capacidade produtiva.

Para tanto, assim que Juscelino assume o governo em 1956, ele cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico, tendo Lucas Lopes e Roberto Campos como conselheiros e estes também nomeados respectivamente para os cargos de presidente e vice-presidente do BNDE, acumulando os dois cargos. O Banco, assume um papel relevante nesse processo, sendo um dos protagonistas no cumprimento das metas: Ele assume inicialmente a previsão de ser responsável por 80 por cento dos empréstimos públicos para o financiamento das metas (trinta metas em cinco anos).

Segundo [TAVARES](#), op. cit., o banco tem seu foco inicial com gastos em energia, passando a investir em portos, estradas, indústrias pesadas (metalúrgicas, alumínio, metais ferrosos, celulose e indústria naval), chegando até a financiar uma das empresas urbanizadoras de Brasília. A fonte inicial de recursos do BNDE neste momento era o Adicional do Imposto de Renda (15 por cento), que seria prorrogado por mais dez anos com a Lei 2.793, de 26 de novembro de 1956. Uma das razões para

² Uma citação relevante a respeito da criação de Brasília a ser destacada: “O setor de energia tinha cinco metas; o de transportes, sete; de alimentação, seis; de indústrias de base, onze metas; e de educação, apenas uma. Além destas, havia ainda a chamada meta-síntese, a construção de Brasília.” E também: “A inclusão dessa nova meta, além das trinta iniciais, foi proposta pelo presidente Juscelino Kubitschek, que assumiu o compromisso de construir uma nova capital federal para o Brasil, localizada no Centro-Oeste, conforme texto constitucional”. ([TAVARES, 2010](#))

o seu sucesso, é a articulação com outras instituições, junto com o Banco do Brasil (CACEX), com a Sumoc, as interferências diretas do Executivo, dentre outros.

A partir de 1960, os governos Quadros e Goulart tiveram relativa instabilidade na economia e no âmbito social por conta de conflitos entre diversos partidos (PTB, UDN, etc). A crise governamental é agravada pela inflação crescente causada pelo governo anterior, por apertos no balanço de pagamentos e por uma crise externa, por conta de uma política mais agressiva encabeçada pelo governo Kennedy. Deste modo, a instabilidade na presidência: A renúncia de Quadros e dos conflitos do governo Goulart, sobretudo por conta da oposição ferrenha das elites dominantes e das forças armadas sob a alegação que as políticas do presidente serem de esquerda, contribui para uma atuação mais tímida do BNDE: Os recursos para empréstimos são reduzidos por conta da inflação e uma diminuição pontual por meio dos repasses do adicional do imposto de renda. Não obstante, com um plano de governo mais parcimonioso, o Plano Trienal, o Banco fica relegado a financiar projetos industriais mais simples, diferente de sua atuante participação em projetos de infraestrutura no Plano de Metas. Em 1964, o paradigma brasileiro mudaria novamente, com o golpe militar.

Uma grande mudança de paradigma institucional ocorre quando Camilo Castelo Branco se torna o presidente do país a partir do golpe de 64. A nação se encontra em turbulência, dividida entre os apoiadores do regime e os que se manifestam contra. No ponto de vista da economia, a inflação, herdada do regime anterior atinge a casa dos 50 % anuais. Há no período uma característica peculiar de governo tecnocrata, destacando-se o ministro da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos no Ministério do Planejamento. Para combater os problemas econômicos, cria-se o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), que tem como objetivo o combate à inflação, e a retomada do crescimento anterior no Plano de Metas.

Como medidas saneadoras dos problemas econômicos são redefinidas as funções do Banco do Brasil. Extingue-se a Sumoc, cria-se o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (Bacen). A política monetária se torna mais rígida e se inicia um processo de perda salarial. Bulhões e Campos compartilhavam de uma visão mais ortodoxa para as políticas econômicas defendendo um ajuste mais rigoroso no controle da inflação. O controle da inflação é feita por meio de choque de demanda, com a perda dos salários e o controle das contas públicas. Logo, em 1967 a inflação é controlada e a economia retoma o crescimento, mas com seu devido custo social. [Tavares \(2010\)](#) afirma que a economia retorna aos trilhos, se referindo à política dos militares: “(...) *associados a questões que se entrelaçam e que impulsionam a economia*”.

O BNDE perde um pouco a importância como centro do impulso nervoso do processo de implantação das grandes indústrias no governo Castelo Branco.

Mesmo porque o ambiente era de controle dos gastos e já não era tão importante a instalação da infraestrutura, pois grande parte das necessidades estruturais já estavam inseridas no processo industrial. Fato importante para o BNDES foram os 20% do adicional do Imposto de Renda que passam a ser uma das fontes de caixa da instituição.

Institucionalmente o Banco passa por reformas internas, com o objetivo de atuar em outras áreas. Nessas modificações, criam-se fundos específicos para uma atuação mais diversificada, sobretudo em relação ao setor industrial. O governo também passa a assinar acordos comerciais com os Estados Unidos, como o acordo de compra de trigo e recursos que entram no país por meio do BID (Banco Interamericano de Investimento). Por meio desses recursos, o BNDE consegue verbas para abrir novos fundos de financiamento. Onde destacam-se os principais: Em 1964 são criados o Funtec (Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico), o Finame (Fundo para Aquisição de Máquinas e Equipamentos) e o Funar (Fundo Agroindustrial de Reconversão), em 1965 são criados o Fipeme (Programa de Financiamento às Pequena e Média Empresas) e o Finep (Fundo de Financiamento de Projetos e Programas) e, por fim, em 1966 cria-se o Fundepro (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade).

Considera-se importante nesse trabalho a demonstração da importância desses fundos criados pelo BNDE. A criação do fundo permitiu que as empresas pudessem adquirir ativos caros e de longa maturação com crédito subsidiado e barato. O Finame, por exemplo, viria a se tornar um dos mais lucrativos para a instituição e permitiu que novas empresas pudessem se expandir, como encontrado no livro Memórias do Desenvolvimento, as primeiras máquinas da Gradiente foram compradas por meio do fundo. De acordo com [Tavares \(2010\)](#) : “(...) foi seguramente o mais importante e flexível dos fundos desse sistema, quer na dimensão quantitativa quer na qualitativa, e funcionava como um mecanismo equivalente ao dos suppliers credit e users credit” Não obstante, o Fundo teria uma participação média de 20% nas operações em moeda nacional aprovadas. E ressaltando a importância do fundo, a autora continua:

“Seu objetivo era prover financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos industriais de produção nacional. Em pouco tempo ele se tornaria uma das mais importantes fontes de recursos do BNDE. Além disso, a instituição de um fundo específico para o atendimento do setor industrial seria marcante não só na definição do novo papel do Banco, mas também pelo formato que ele assumiria pouco tempo depois de sua criação, como sociedade anônima de economia mista e, mais tarde (1971), subsidiária do Banco. As entrevistas dos empresários ao Projeto Memória do BNDE, em 1982, atestam isso, pois todos se referiram ao Finame como órgão vital no processo de financiamento do setor industrial brasileiro.” [TAVARES](#), op.

cit., p. 120

Como resultado da engenharia promovida pelos tecnocratas, o BNDE consegue se capitalizar e recompor seus fundos. A inflação volta aos trilhos e o país passa a colher os frutos já maduros do PAEG. O Banco também fora importante para os investimentos setoriais, atuando como emprestador para empresas siderúrgicas, petroquímicas, nos setores de energia, dentre outros.

Destaca-se neste período também a reforma tributária de 1966. A reforma compreende a criação de alguns novos tributos e a criação dos mesmos sob uma perspectiva sob uma base econômica e não somente jurídica, porque os tributaristas deixaram de observar definições puramente jurídicas e se preocuparam também com o aspecto econômico. De acordo com [Viol \(2000, p. 19\)](#) os tributos criados foram:

- a) IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados, em substituição ao IC (Imposto sobre Consumo), de competência da União;
- b) ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias, em substituição ao IVC (Imposto sobre Vendas e Consignações, de competência estadual;
- c) ISS (Imposto Sobre Serviços), de competência Municipal;
- d) A transferência para a União o Imposto de Exportação (competência Estadual) e o Imposto Territorial Rural (competência Municipal).

Em 1966 é eleito o presidente Costa e Silva que governa de 15 de fevereiro de 1967 até 1969 onde renuncia por questões de saúde e falece no mesmo ano. Sucede então o presidente Médici que governa o país de dezembro de 1969 até março de 1974 ([MANFRO, 2013](#)). Em relação ao período de 1968 a 1973 que é caracterizado pelo “milagre econômico”, onde o país cresce dez por cento ao ano. O produto da indústria mais que duplicou e a inflação permaneceu entre 15 a 20% ao ano.

Se considerarmos as decisões de política econômica tomadas por Delfim entre os anos Costa e Silva e Médici, podemos descrever esse período como marcado por um processo inflacionário crescente a partir de 1967. A discussão a respeito da inflação trata de uma inflação estrutural de custos que estava oculta sob a expansão da demanda. De acordo com [Macarini \(2006\)](#), o ministro da Fazenda, Delfim Netto tem uma condução heterodoxa na política econômica: Há expansão do crédito e também minidesvalorizações cambiais, se diferenciando substancialmente das medidas adotadas durante o PAEG. Em dezembro de 1968 o governo instala o Ato Institucional número 5 onde são cassados os direitos individuais e ocorre o fechamento do congresso. A medida também concentra a política econômica no Ministério da Fazenda e o ministro Delfim passa a ser considerado um “superministro”. Em 1969 o governo (e

Delfim) concentram os esforços para o controle da inflação. [Macarini \(2006\)](#) descreve os passos da política adotada:

- a) A redução do déficit orçamentário e fortalecimento de capital da empresa nacional (que inclui o Decreto num. 63.946, de 30/12/68 que tinha por objetivo a contenção das despesas correntes, o Decreto no 64.010, de 21/01/69 que disciplina o orçamento máximo em 1969, com a despesa máxima da ordem de 14.229 milhões de cruzeiros e a previsão de receita e o Ato Complementar 40, de 30/12/68, que reduzia o Fundo de participação dos municípios pela metade) ;
- b) O tabelamento das taxas de juros, para a diminuição do lucro crescente dos bancos que estavam cobrando altas taxas e especulando em investimentos imobiliários.

Em suma, o superministro Delfim fica marcado na história pelas mudanças de postura tanto no pré como no pós AI-5 e entra no Governo Médici colhendo os frutos das ações tomadas no triênio. Também se percebe oficialmente o início do milagre brasileiro e o governo começa a estabelecer metas mais ambiciosas para o crescimento econômico.

Como plano de governo, nos anos Costa e Silva é criado em 1968 com duração até 1970, o Plano Econômico de Desenvolvimento (PED), que tinha por objetivo a taxa de crescimento de 6% na economia. O BNDE, segundo [Tavares \(2010\)](#) e [Manfro \(2013\)](#), tinha uma posição de destaque inédita em um plano de desenvolvimento do governo. Não obstante, outras instituições participaram do PED, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

De acordo com [Tavares \(2010\)](#), o PED resgatava a importância do BNDE no aspecto de fornecer técnicos e suporte para o planejamento dos objetivos do programa. Ainda de acordo com a autora, o triênio de 1967-1970 é considerado o período em que os recursos aumentaram de forma crescente e contínua, a explicação é que a instituição foi reconhecida como importante para os projetos de desenvolvimento a serem implantados e o BNDE poderia financiar executar o planejamento do PED.

A taxa de inflação do período arrefece por conta das políticas contracionistas do governo anterior e por conta da política de perda de salários. [Baer \(1987\)](#) explica que a inflação era causada pela estrutura de custos e por conta dos desajustes ocorridos nas contas públicas. O controle da inflação se daria por meio do controle orçamentário impactando a demanda e canalizando os investimentos produtivos. Para o BNDE durante a implantação do PED, houve reforço do caixa através do aumento dos recursos para o FINAME e das reservas monetárias, e da criação de dois novos fundos: O FUNGIRO (Fundo Especial para o Financiamento do Capital de Giro) e do FMRI (Fundo Especial para a Modernização e Reorganização Industrial) ([MANFRO,](#)

2013).

Na tentativa de retomar o crescimento, dois planos de governos são implementados no triênio 1967-1970: o PDE (Plano de Desenvolvimento Econômico) e o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Os planos tem o objetivo de atualizar o parque industrial brasileiro e de promover a competitividade do setor. Tavares (2010) afirma que o BNDE estava nos planos do governo de ser um dos principais atores como fomentador de empréstimos e com isso promover maiores recursos para as empresas demandantes de créditos. Não somente, ele deveria atuar em conjunto com as demais grandes instituições bancárias nacionais para auxiliar no fornecimento de crédito.

Quando consideramos o Plano de Desenvolvimento Econômico, Tavares (2010, p. 134) demonstra o que se esperava do banco: *“Mas o BNDE seria uma das principais agências oficiais sobre as quais recairia o esforço de viabilizar o ambicioso programa do PDE – que já trazia uma ideia do Brasil como um país com “vocação de potência”*”. Essa visão institucional era uma forma de consolidar a mudança de perfil do banco, que deixaria de focar somente em serviços de utilidade pública e passaria a atuar em outras frentes, tais como *“Desenvolvimento Tecnológico,   Indústria de Transforma o, Minera o e Pesquisa Mineral, Agropecuária, Alimenta o e Abastecimento”* (TAVARES, op. cit., p. 134). O que definia também uma visão do projeto de desenvolvimento nacional, com uma ênfase maior com a aquisi o de processos tecnológicos, como veremos nos PNDs.

O I PND tinha como objetivo a moderniza o tanto do aparelho de Estado quanto a atualiza o financeira das empresas, por meio de inova es tecnológicas e administrativas e o PND enfatizava a necessidade de se aprimorar o financiamento das empresas por meio do sistema financeiro nacional e do mercado de capitais. E no tocante da visão de investimento em tecnologia no programa vemos que:

“A fim de concretizar a aspira o de permanecer no topo, isto  , entre os que mais tarde seriam denominados “países emergentes”, ficava patente a necessidade de acelera o da transferência e aquisi o de tecnologia, com destaque para a tecnologia nuclear e o programa de pesquisas em urânio, além de qualificar pessoal de nível superior. “Implantar-se- o sistema de Centros de Tecnologia em áreas de Infraestrutura e Indústrias Básicas, como sejam: Energia Elétrica, Tecnologia Nuclear, Petróleo, Telecomunica es, Siderurgia, Pesquisa Mineral, Pesquisa Espacial, e se reformar  a carreira de pesquisador, para assegurar-lhe condi es satisfatórias””. (TAVARES, 2010, p. 142)

Neste projeto de governo, o BNDE era um dos protagonistas para esta

visão de desenvolvimento, e segundo Tavares:

“(...) ao BNDE seria destinado o papel de impulsionar a empresa brasileira e capacitá-la para se tornar “a grande empresa nacional”, que iria demandar mecanismos financeiros para alavancar setores prioritários e permitir a associação de capitais, promovendo concentração, inovação e ganhos de escala.” (TAVARES, 2010, p. 143)

Neste planejamento institucional, o BNDE criaria fundos específicos para o financiamento destes grandes empreendimentos: Primeiro um com fundos do Finame para o financiamento de fusão e aquisição de empresas, outro denominado Fumcap, que tinha por objetivo a concessão de crédito de médio e de longo prazo para as empresas.

O saldo final para o BNDE nos primeiros anos da década de setenta se dá primeiramente por uma baixa capitalização do banco, que posteriormente seria corrigido por meio de repasses do PIS/PASEP, anteriormente, o banco tinha como fonte de recursos somente a dotação que vinha do Tesouro Nacional e a instituição precisava competir com outras instituições pelos recursos financeiros. Destaca-se neste período maior relevância não somente do Finame, mas de novos fundos abertos para o fomento à industrialização. Para o Finame, [Tavares \(2010\)](#) afirma:

“Dentre todos os fundos criados, o Finame foi sem dúvida o mais importante, não apenas por sua dimensão, mas pela capacidade que criou de capitalizar empresas que não conseguiriam crescer sem o aporte de recursos do BNDE. O FUNGIRO, o FIPEME e o FUNTEC (Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico), com dotações menores, porém não desprezíveis, situam-se logo a seguir. A pequena dimensão do FUNDEPRO (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade) e do FINEP (Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas) explica-se pela reduzida demanda de recursos nesses fundos (TAVARES, 2010).

O crescimento econômico brasileiro atinge 14,2% em 1973 e o país começa a sinalizar sintomas que essa taxa de crescimento não se sustentaria no longo prazo. A inflação estava em torno de 12,7% a.a, a taxa de endividamento no último ano do ministro Delfim Netto atingiu 12,571 milhões de dólares em 1973 ([LIMA, 2006](#)).

Não obstante, o cenário internacional não era favorável: os EUA haviam suspenso a conversibilidade do dólar em ouro e havia tido o primeiro choque do petróleo em um cenário onde o Brasil importava 85% do produto para alimentar o setor produtivo ([LIMA, 2006](#), p. 80). No campo político Geisel convida Mario Henrique Simonsen para o Ministério da Fazenda e Mantém Velloso no Planejamento. Considerando os recursos que eram aportados no BNDES, o governo repassa os recursos do

PIS/PASEP (fonte de recursos do banco) para a Caixa Econômica Federal o que reduziu drasticamente o aporte de recursos na instituição. No mesmo período, o FINAME faz uma parceria com a Caixa Econômica para o financiamento do setor de bens de capital, recuperando parte da capacidade de financiamento.

De acordo com Lima, para a resolução do problema quando Vianna foi convidado pelo presidente Geisel ele apresenta propostas e convence o Presidente:

“Marcos Vianna, em conversa com o Ministro Velloso, deixou claro que não gostaria de continuar na presidência do Banco, caso não obtivesse fontes de recursos asseguradas. Estava cansado de “mendigar” recursos nas reuniões para definição do Orçamento. Relembrou ao ministro que tanto o PIS como o PASEP deveriam ter os seus recursos administrados pelo BNDE dada a sua natureza de longo prazo.” (LIMA, op. cit., p. 83)

E logo vem a resolução:

“Após esse posicionamento, tanto o ministro como o próprio presidente do Banco tiveram a oportunidade de mostrar ao Presidente Geisel a importância de assegurar recursos que permitissem ao Banco financiar projetos de longo prazo. Com esses recursos, segundo o ministro, o Banco seria o agente ideal para executar os projetos que estavam sendo definidos como prioritários no Plano de Desenvolvimento. Como resultado desse trabalho conjunto, o Presidente Geisel convenceu-se de que deveria transferir esses Fundos para o Banco e formalizou essa decisão no primeiro dia de seu governo” (LIMA, op. cit., p. 83)

Percebe-se aí que existe uma preocupação com a sobrevivência do BNDE por parte do Governo Federal, a continuidade da gestão Vianna. Em 1973-1974 uma das prioridades do Banco era o setor de insumos básicos, por conta de pressão da demanda de insumos que aumentou por conta da expansão industrial nos anos do “milagre econômico”. Do ponto de vista macro, precisava completar o processo de substituição de importações com a conclusão da matriz industrial brasileira (essencialmente composta por produtos químicos e petroquímicos), que pressionavam a balança de pagamentos.

Os anos do “milagre”, como já descrito, provocaram desajustes inflacionários e pressão no balanço de pagamentos por conta da expansão industrial na fase final da industrialização por substituição de importações. O primeiro choque do petróleo alterou significativamente a estrutura de custos do país e das empresas nacionais, sem contar que também afetou países como Argentina, México, Chile e Uruguai, além

do Brasil. A estratégia brasileira, assim como a argentina e a mexicana foi o crescimento pelo endividamento para a contenção dos efeitos da crise internacional.

O BNDE segundo [Manfro \(2013\)](#) passou a atuar de forma significativa no financiamento do setor privado. Já na década de 70, a instituição já era responsável por metade dos investimentos neste setor, criando novas subsidiárias e modalidades de empréstimo. Para auxiliar no processo de financiamento do setor de insumos e bens de capital a solução segundo Lima era a captação de recursos não exigíveis no mercado de capitais. Para isso, o BNDE cria três subsidiárias: Fibarse para os projetos de insumos, Embramec para o setor de bens de capital e a Ibrasa para a capitalização de empresas. De acordo com Manfro tinham o objetivo de dar suporte as empresas que necessitassem de capital de risco para alavancar a produção interna e por fim, o Ibrasa que tinha o objetivo de auxiliar na importação regional ou setorial e também para impulsionar o setor de mercado de capitais. Em 1975 uma nova modalidade de empréstimos com correção monetária fixa é feita, com o objetivo de corrigir os efeitos da inflação causada durante o período do choque do petróleo.

Um fato a se destacar para a atuação do BNDE na metade da década de setenta são os mecanismos para o auxílio da empresa privada, que compreende o financiamento do acionista o financiamento da subscrição das ofertas públicas de ações ([MANFRO, 2013](#)) e ([TAVARES, 2010](#)). Manfro comenta que o BNDE passou a atuar na área administrativa e financeira das empresas endividadas, com o objetivo de reestruturar e devolve-las algum tempo depois. Em outro aspecto, a autora comenta que o BNDE estava se tornando uma *Holding* do setor privado, detendo participação acionárias de diversas empresas em suas três subsidiárias e em dois anos com participação em 95 empresas, com participações entre 10 e 95% ([MANFRO, 2013](#), p. 49)

[Manfro \(2013\)](#) destaca também as seguintes criações e participações do BNDE ao longo da década de setenta:

- a) POC (Programa de Operações Conjuntas): Foi criado com os recursos do PIS/PASEP e substituía o FIPEME junto às pequenas e médias empresas. Concedia autonomia aos agentes financeiros e descentralizava as análises de projetos e permitia que os agentes o fizessem;
- b) PROCAP (Programa Especial de Apoio à Empresa Privada Nacional): Tinha como objetivo reduzir o endividamento das empresas privadas nacionais por meio do mecanismo de revenda de ações;
- c) Pib-NE (Programa Especial de Apoio à Indústria Básica do Nordeste) Tinha o objetivo o adiantamento de recursos para as empresas na forma de financiamento, o objetivo principal era o não atraso dos projetos da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste);

- d) Específico para o II PND: Os projetos da Aracruz Celulose e a Celulose Nipo-Brasileira, a CPRM (empresa de mineração, projeto de desenvolvimento científico e tecnológico) e projetos nos Pólos de Camaçari e Triunfo.
- e) Também houve investimentos nos setores de siderurgia, metalurgia de não-ferrosos, fertilizantes, cimentos e de equipamentos básicos;
- f) Investiu também em 79 no PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool) Programa Conserve de economia de energia e na Usina de Itaipu.

O saldo final para o II PND se dá nas escolhas que o planejamento do governo fez ao incentivar o setor automobilístico, na produção de insumos e bens de capital (que também estava ocorrendo nas Coréias). Não obstante uma crise começava a assolar o mundo e as nações que haviam crescido com o endividamento tal como o Brasil passavam por um processo de recessão. O país passa a insistir no modelo de desenvolvimento como no milagre e atinge uma “marcha forçada”. O Brasil crescerá por mais dois anos, enquanto o Chile e Argentina também se endividaram para tentar sanar a crise.

Grandes transformações ocorrem no BNDE no governo Figueiredo, que também é o último governo militar antes da transição democrática: O BNDE troca de presidente, com saída de Vianna após uma década presidindo a instituição e Luiz Antônio Sande de Oliveira assume a instituição. Em 1982 é criado o FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social) que era composto por 0,5% da receita bruta das empresas públicas e privadas, com a isenção das empresas que vendiam mercadorias ao exterior. O Objetivo do fundo eram os investimentos de caráter assistencial (alimentação, moradia popular, saúde, educação, etc) (MANFRO, 2013). Ainda em relação ao FINSOCIAL, em 1986 o Governo que era apenas o administrador do fundo passa a ter participação ativa e torna-se o seu gestor e o fundo passa a compor 13% dos recursos do BNDE. Por conta da representatividade do fundo e a sua atuação, o BNDE acrescenta a letra “S” ao final de seu nome, se tornando o BNDES³, nome pelo qual é conhecido até hoje.

Outra alteração significativa da instituição no período as subsidiárias FIBASE, IBRASA e EMBRAMEC se fundem formando o BNDES-par, que juntamente com o FINAME e o BNDES formavam o Sistema BNDES. O BNDES-par tinha por objetivo o apoio a capitalização das empresas por meio da participação acionária não permanente. O banco também passa a ser subordinado ao Ministério do Planejamento no mesmo decreto em que se tornou BNDES.

Também se verifica uma nova postura do banco que acompanhava as mudanças estruturais no país com a crise do modelo desenvolvimentista. O BNDE atuou

³ Será utilizado BNDES ao invés de BNDE ao se referir ao banco, acompanhando a metamorfose.

segundo [Manfro \(2013\)](#) e [Tavares \(2010\)](#): Primeiramente ele foi um dos protagonistas do financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, segundo a lógica desenvolvimentista; auxiliou no esforço para a geração de superávits comerciais ao auxiliar no financiamento do setor exportador e por fim, auxiliou no ajustamento das empresas públicas e privadas por meio dos programas de saneamento financeiro. O BNDES cria em 1984 o PROEX (Programa de Apoio ao Incremento das Exportações) e também passa a atuar juntamente com o Fundo da Marinha Mercante.

Por fim, o BNDES neste período inicia uma etapa de privatização das empresas públicas que estavam em seu controle ([MANFRO, 2013](#)). Segundo a autora em 1979 haviam 268 empresas estatais e o banco possuía investimento em varias delas, algumas por falta de pagamento dos empréstimos. Entre 1981 e 1984, vinte empresas foram vendidas, uma arrendada e oito foram absorvidas por outras instituições públicas.

Encerra-se neste capítulo a demonstração do período conhecido como os anos de chumbo, caracterizado pelo autoritarismo na condução das políticas, repressão social e o desenvolvimento da economia liderado pelo Estado. Contudo, como foi descrito o BNDES teve relativa importância para o período financiando e auxiliando as empresas nos mais diversos setores e também ele demonstra uma faceta que irá se verificar mais adiante: A capacidade de vender empresas públicas por conta própria, o que o tornará o centro nervoso do processo das privatizações nos anos 90.

Tancredo Neves é eleito de forma indireta no governo de transição pela chapa da Aliança Democrática, José Sarney é o vice-presidente. Antes de assumir a presidência, Neves falece e quem assume é Sarney, político ligado ao antigo partido da ditadura o ARENA. A conjuntura econômica do período é dada por uma profunda ruptura no cenário internacional. O mundo estava caminhando para o fim da guerra fria, o Brasil estava em um quadro de hiperinflação e de pressões para a redemocratização. No Brasil, em 1988 é redigida uma nova constituição, tida como liberal, que alterou as estruturas políticas e sociais do país, concedendo mais direitos, mas ainda incapaz de solucionar os problemas históricos e estruturais do país. Algo importante a se destacar em relação a constituição é que ela destinou 60% da arrecadação dos recursos do PIS/PASEP para o financiamento do seguro desemprego e os 40% restantes foram destinados ao BNDES. Em 1990 o PIS/PASEP passa a compor os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e esse fundo se tornaria uma das principais fontes de recursos para o BNDES ([MANFRO, 2013](#))⁴.

De acordo com [Manfro \(2013\)](#) o BNDES institui em 1984 o chamado “Plano Estratégico 1985-87” com o objetivo de restabelecer as bases do planejamento

⁴ Cabe destacar aqui que o fato de boa parte dos recursos atuais do BNDES serem financiados com o FAT e com os repasses do Tesouro Nacional, viabilizou duas críticas ao modelo de financiamento do banco.

de longo prazo. Ele foca a instituição como agente do desenvolvimento econômico e agente do desenvolvimento social. Os objetivos do Planejamento era o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e a ampliação das bases de recurso do BNDES. Ainda segundo a autora, as estratégias de atuação eram: i) o incentivo ao desenvolvimento tecnológico de ponta (informática, microeletrônica e química); ii) Modernização e ampliação da capacidade produtiva; iii) Expansão e modernização da infraestrutura econômica; iv) Ocupação da fronteira agrícola; v) ampliação e modernização dos serviços sociais.

Como resultado do Plano Estratégico, o BNDES cria em 1986 o Programa Especial de Apoio ao Setor de Informática (Proinfo), o Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PNPCH), apoia os projetos para o metrô no Rio de Janeiro, a última fase da Hidroelétrica e Itaipu e os programas de modernização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) (MANFRO, 2013, p. 55).

Como já introduzido no final do tópico anterior, o Estado e o BNDES passaram a iniciar o processo de privatização de empresas ou por negociação do controle de capital, ou por meio da transferência do controle acionário ou até mesmo o encerramento das empresas deficitárias. (MANFRO, 2013, p. 55). destaca algumas empresas: Companhia de Tecidos Nova América, Máquinas Piratininga do Nordeste e Máquinas Piratininga S.A, Caraíba Metais, dentre outras. De acordo com a autora, no final do processo foram privatizadas 13 empresas com uma receita gerada de 539,4 milhões de dólares. Segundo Manfro (2013, p. 56):

“Em 1985, houve a promoção da primeira grande oferta pública de ações no país, os papéis vendidos eram da Petrobrás. As ações pertenciam à carteira do BNDES e valiam em torno de 300 milhões de dólares. Até então, foi a maior operação no mercado de capitais realizada no Brasil e envolveu diversas instituições financeiras. A operação merece destaque pelo seu tamanho e pioneirismo (BNDES, 2013).”

Vale destacar nesse período Sarney a criação do Conselho Federal para a Privatização, que acompanhava uma visão de governo nas palavras de Velasco Júnior (1997a) e Schneider (1992) de “Antiestatista”, apesar de não existir uma plano claro de desestatização no governo Sarney. Já era claro que as empresas estatais menores estavam onerando a administração pública, que era vista como ineficiente, cara e que comprometia os recursos do Estado. Schneider comenta uma entrevista com Paulo Galleta, secretário do Conselho Federal para a Privatização, que o governo tinha que desembolsar mais da metade dos recursos via impostos somente para pagar os juros e as empresas estatais comprometiam cerca de metade dos recursos no serviço da dívida Schneider (1992, p. 18). Em outras palavras, no pensamento da época, os

tecnocratas acreditavam que a privatização seria um instrumento para promover o crescimento. No entanto, paradoxalmente, o governo Sarney não estava preocupado ideologicamente com as privatizações, e o BNDES autonomamente guiaria o processo de privatização nos anos Sarney.

O aspecto das privatizações promovidas pelo BNDES no governo Sarney é de crucial importância para compreender as metamorfoses ocorridas na instituição. [??](#) e [Schneider e Serna \(1990\)](#) explicam que o processo de privatizações foram por escolha do BNDES, por conta de uma orientação pragmática do banco, sem influências do governo Sarney. Segundo [Velasco Júnior \(1997a\)](#) o BNDES entendia a privatização como um meio de “fortalecer a intervenção desenvolvimentista em setores outros situados na ponta do desenvolvimento tecnológico”, ou seja, o BNDES precisava eliminar aquilo que considerava como prejudicial para o financiamento das empresas de longo prazo e repassou ao setor privado as empresas que estavam dando prejuízo ou que não eram estratégicas para o funcionamento do banco, tornando as subsidiárias mais eficientes, sobretudo o BNDES-par.

Velasco ainda destaca que para o BNDES, as privatizações assumiam um caráter eminentemente técnico, o que o isentava das questões ideológicas. Cabe ressaltar ainda, que [Velasco Júnior \(1997a, p. 11\)](#) considera o banco como uma *self-direct agency*, ou seja, uma agência que possui uma relativa independência em relação aos eleitores e grupos de interesse, possuem um código de ética interno, formal ou informal e que suas políticas normalmente são determinadas por funcionários de carreira que detém um certo grau de influência em seu *staff*. Destaca-se ainda que as privatizações não ocorreram por pressões políticas, da sociedade civil ou por interesses do governo. As razões encontradas pelo BNDES seriam eminentemente técnicas, das quais [Velasco Júnior \(1997a\)](#) enumera:

- a) Elevado número de empresas controladas pelo BNDES-par que consumia 50% dos recursos da subsidiária;
- b) Esforços concentrados nas empresas que se encontravam em situação crítica;
- c) Os aportes que eram feitos nas empresas controladas se mostravam ineficazes;
- d) Por conta dos itens anteriores, o BNDES-par se encontrava em constante prejuízo, o que justificaria o saneamento promovido pelo banco.

Como resultado das privatizações e a aquisição de *expertise* na elaboração de editais, do acompanhamento das licitações e na experimentação de diversas formas de licitações, o BNDES se tornaria o centro gestor das privatizações no governo Collor, como veremos mais adiante.

Os anos Sarney sofreram os revezes da crise internacional, sendo a economia socorrida com os recursos do FMI. A inflação atingia níveis elevados e alguns planos econômicos foram adotados para tentar controlar a inflação destacando o Plano Cruzado (86) e o Plano Bresser (87). O primeiro era uma mudança de moeda que tentava diminuir a inflação e reduzir os dígitos, o segundo era uma tentativa de desindexar a inflação com choques de demanda e congelamento dos preços, mas ambos foram inexitosos ao tentar romper com a crise instalada. A situação se agravava ainda mais para o Brasil com a moratória da dívida no mesmo ano, onde as margens de manobra do governo se tornam cada vez menores, e assim, as medidas não ortodoxas do governo perdem espaço na agenda econômica.

A conjuntura política do governo Sarney é explicada por [Velasco Júnior \(1997a\)](#) e [Velasco Júnior \(1997b\)](#): Primeiramente o governo tem um viés de recriar as instituições democráticas e se comporta de forma conciliadora com as diversas classes sociais, mas ele não é brusco no sentido de promover profundas mudanças na estrutura social, Neves tinha um plano de reforma agrária e um governo que fazia concessões às classes trabalhadoras, sobretudo no aspecto salarial, e isso não é visto no governo Sarney. Velasco também destaca que o governo nos três primeiros anos possui uma ausência no núcleo reformista devido a heterogeneidade das forças que apoiavam o governo.

O modelo econômico de substituição de importações se mostrou plenamente esgotado, e o modelo neoliberal tomava forças no mundo, ao mesmo tempo em que o capital internacional abria espaço entre os países do mundo. A agenda neoliberal chegava junto com o próximo governo, Collor, ao mesmo tempo em que já considerava a necessidade de abrir a economia brasileira para o resto do mundo, como veremos no capítulo seguinte.

3 O BNDES e os Governos Liberais (1990-2002)

Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente a ser eleito democraticamente depois de 29 anos. Após uma disputa acirrada com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, Collor é eleito sob a promessa de aniquilar a inflação e de promover a “caça aos marajás”, nome que era dado à elite que pretensamente estava inserida no serviço público brasileiro. Collor segundo [Velasco Júnior \(1997a\)](#), [Schneider \(1992\)](#) e [Nogueira \(2010\)](#) tinha um comportamento mais heterodoxo do que ortodoxo, contudo, com traços de um reformista conservador. Ao mesmo tempo em que ele estava enxugando o serviço público (com um decreto que ordenava a demissão de 30% do funcionalismo público). Os autores destacam claramente que ele não tinha a preocupação em dialogar com as mais diferentes esferas de governo e tentava governar de acordo com os diálogos diretamente com as massas.

Apesar de muitos o classificarem como um neoliberal, Collor não flertava diretamente com a ideologia neoliberal. [Schneider \(1992\)](#) comenta que algumas posições políticas do presidente até tinham alguma relação com o preconizado com o Consenso de Washington, mas o que Collor fazia era tomar atitudes que iam de encontro com os anseios da classe dominante, esta já influenciada com o avanço do neoliberalismo nas classes sociais mais altas da sociedade, sobretudo com as empresas privadas, interessadas em tomar o espaço antes ocupado pelo Estado. Ao desestatizar diversas empresas estatais, ele ganharia a simpatia de alguns, como exemplo os industriais. Cabe ressaltar que já era uma discussão forte em alguns setores da economia que era necessário a abertura econômica para a modernização da economia, e paulatinamente, Collor, em seus decretos perdeu apoios seguidamente e ao perder o apoio das mais diversas classes sociais, se viu isolado e em suas escolhas, mudou por completo os paradigmas industriais brasileiros. [Nogueira \(2010, p. 34\)](#) citando Schneider comenta a respeito do modo Collor de fazer política:

“Suas reformas são uma tentativa de cortar intermediários. Ele dispensa negociações com empresários, sindicatos, partidos e outras organizações. Para ele, basta que suas mensagens cheguem às massas. Essa prática acaba por isolar Collor, destituindo-o de alianças fortes que garantissem a execução de suas reformas”.

[Nogueira \(2010, p. 45\)](#) ainda cita uma entrevista com Marcílio Marques Moreira, ministro da fazenda de Collor, a respeito da visão do presidente em relação

ao processo de *impeachment*:

“Além disso, como já disse, o presidente Collor não gostava de negociar, não se defendeu, nem pública nem privadamente, de uma maneira concreta. Ele me disse mais de uma vez: “O processo de impeachment, para mim, não é uma coisa desagradável. Desagradável é conversar com esses deputados e senadores que só me vêm aqui pedir verbas e nomeações. É extremamente repugnante”. Evidentemente, isso é mortal do ponto de vista político”.

O aspecto importante a respeito da interação entre o BNDES e o governo Collor de Melo era que o presidente determinou a privatização de determinadas empresas já no começo do seu mandato em 1991. O Presidente do BNDES em 1990 e 1991 era Eduardo Modiano, chefe do departamento de economia da PUC que tinha preocupação também com o processo de privatização das estatais. Em sua chegada, diversos técnicos ligados a doutrina anterior do banco são demitidos. Em 1992, após o *impeachment* assume a presidência Antônio Barros de Castro. Destacando a privatização da CSN e da USIMINAS que serviram como carro chefe para os processos subseqüentes da privatização. É curioso destacar que a população em geral não tinha noção do conceito de privatização e até mesmo defendiam que as empresas poderiam ser reformadas ou até mesmo melhor administradas (VELASCO JÚNIOR, 1997a) e (SCHNEIDER, 1992). O governo coloca o BNDES no centro operacional das privatizações por conta do processo de privatização ocorrido no governo Sarney. O que se destaca nesse período é a engenharia criada pelo governo para o processo de privatização das empresas, dado que nem todas eram atrativas para o mercado ou porque o problema da inflação corroía os recursos paulatinamente. A grande inovação deste período eram os Certificados de Privatização que serviam como moeda e eram comprados de forma compulsória pelas empresas financeiras. Outra inovação promovida no processo, eram os Leilões em Viva-Voz que pareciam mais democráticos e mais justos.

No contexto das privatizações anteriores à Collor Schneider (1992, p. 6) cita uma pesquisa da Conferência Nacional da Indústria no final de 89 que revelou que os empresários ainda queriam que o Estado conduzisse a modernização, sem lançar mão de barreiras à importação e sem contar com as estatais. A pesquisa revelou que 67% dos empresários (de uma amostra de 550 líderes) eram a favor das privatizações. Em relação às empresas de alta tecnologia, 8% eram a favor da criação de novas estatais e 63% eram a favor de financiamento das áreas estratégicas pelo BNDES. Ainda em relação a pesquisa, 84% dos entrevistados eram a favor das expansões dos financiamentos de longo prazo feitos pelo BNDES. Schneider ainda afirma que de um

modo geral os empresários (hoje o termo mais comum é empreendedores) eram a favor de reformar a intervenção do Estado na economia, mas não a eliminar.

Para a realização das privatizações, Collor cria o Plano Nacional de Desestatização, que tinha por objetivo a reestruturação do setor público brasileiro. [Bobsin \(2013, p. 40\)](#) destaca que o BNDES continuava a ser a única fonte de recursos de médio e de longo prazo para o financiamento da capacidade produtiva e para o desenvolvimento tecnológico. Segundo o autor, verifica-se no período de 1991/1993 diminuição nos montantes médios desembolsados e na mobilização de recursos. Isso indica que o BNDES perdeu relativa importância como instituição financeira e os esforços estariam concentrados no PND. Não obstante, é destacado que o banco continuaria com a execução de seus planos estratégicos considerando como referência o período 91/94 e as transformações tecnológicas, o cenário internacional e em relação às políticas estabelecidas pelo governo. De acordo com ([BOBSIN, 2013, p.41](#)):

“Tratando-se de uma instituição pública voltada ao financiamento de longo prazo, o BNDES tornava-se instrumento fundamental da política industrial do governo Collor, com um importante papel no processo de transição e de ajustamento na estrutura produtiva brasileira”.

A função específica do BNDES no processo de privatização foi a de prestar suporte técnico para a venda das empresas, diferenciando as que não precisavam ser vendidas em lotes ou blocos como a USIMINAS, além disso, nas empresas pequenas, era necessário todo o apoio técnico onde incluía até auditorias específicas para a apresentação para os potenciais compradores.

O saldo das empresas privatizadas no período de 1990 até 1994 compreendia segundo [Bobsin \(2013\)](#):

Tabela 1 – Empresas do setor de siderurgia privatizadas entre 1990 e 1994

Empresa	Valor em mil dólares
Usiminas	US\$ 2.302,30
Açominas	US\$ 720,40
CSN	US\$ 2.019,20
Acesita	US\$ 697,60
Cosipa	US\$ 1.469,90
Piratini	US\$ 109
Cosinor	US\$ 15

Fonte: ([BOBSIN, 2013](#))

Segundo [Manfro \(2013, p. 59\)](#) da parte institucional do BNDES, duas novas agências foram criadas: O FINAMEX (Programa de Financiamento de Exportações de Máquinas e de Equipamentos), criado em 1991 com o objetivo de fornecer

Tabela 2 – Empresas do setor de química e petroquímica privatizadas entre 1990 e 1994

Empresa	Valor em mil dólares
Copesul	US\$ 870,70
PQU	US\$ 328,40
Petroflex	US\$ 254,80
Poliolefinas	US\$ 87,10
Álcalis	US\$ 87,1
PPH	US\$ 94,80
Polisul	US\$ 187,80
Oxiteno	US\$ 55,90
Politeno	US\$ 44,90
Nitriflex	US\$ 35,40
Coperbo	US\$ 25,90
Ciquine	US\$ 23,70
Polialden	US\$ 16,70
Polisul	US\$ 187,80
Acrinor	US\$ 12,10
CBE	US\$ 10,90

Fonte: (BOBSIN, 2013)

Tabela 3 – Empresas do setor de fertilizantes privatizadas entre 1990 e 1994

Empresa	Valor em mil dólares
Ultrafertil	US\$ 225,80
Fosfertil	US\$ 226,00
Goiasfertil	US\$ 22,40
Arafertil	US\$ 12,60
Indag	US\$ 6,80

Fonte: (BOBSIN, 2013)

crédito para a exportação de máquinas e de equipamentos, e em 1993 é criado o Programa Nordeste Competitivo em parceria do BNDES com o Ministério do Planejamento com o objetivo de investir na região um bilhão de dólares nos três anos seguintes para o fomento da economia regional e a geração de empregos.

Apesar das promessas para aniquilar a inflação e seus planos econômicos que se mostraram ineficientes, o presidente se mostrou resistente às negociações e paulatinamente fora perdendo base de apoio e de *governance*¹. Por conta das diversas atitudes tomadas pelo presidente, ele é deposto em um processo de *impeachment* onde deixa o governo, em uma crise de hiperinflação e convulsão política e social para o vice-presidente Itamar Franco.

¹ Entende-se como uma forma de governar baseada no equilíbrio entre sociedade civil, governo e mercado, ao nível local, nacional e internacional.

Tabela 4 – Outras empresas relevantes privatizadas entre 1990 e 1994

Empresa	Valor em mil dólares
Embraer	US\$ 455,60
Celma	US\$ 95,60
Mafersa	US\$ 49,30
SNBP	US\$ 12,00
Caraíba	US\$ 5,80

Fonte: (BOBSIN, 2013)

Em relação ao governo Itamar Franco e as privatizações, [Velasco Júnior \(2010, p. 358\)](#) comenta que o presidente continuou as privatizações superando em número até mesmo as privatizações ocorridas no período Collor. Não obstante, a câmara dos deputados abre uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) “destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização”, contudo, a parcela dos deputados que eram contra o PND saíram derrotados no processo, e Velasco afirma que esse processo se deu por conta das amarras políticas feitas durante o governo Collor.

Por fim, o presidente interino Itamar Franco, assume o governo em outubro de 1992 com a inflação instável e muda seus ministros da fazenda quatro vezes, sendo o quarto ministro o senador Fernando Henrique Cardoso. No contexto, a inflação crescia a uma taxa média de 25% nos três últimos anos do ano e esta sobe para 30% até o segundo semestre de 93. Havia uma crise de desemprego o número de novas pessoas desempregas estava aumentando, mesmo com setores contrário às privatizações, tendo conseguido temporariamente barrar o processo, ela continua a ocorrer já em meados de 1993. Sem recorrer à medidas drásticas como congelamento de preços, indexação ou confisco de poupança, a equipe de Itamar passa a recorrer ao ajuste fiscal. O ministro Fernando Henrique, propõem uma medida de austeridade denominada “Plano de Ação Imediata” onde o objetivo era o corte nos gastos do governo da ordem de 6 bilhões de dólares, que representava 9% dos gastos do governo federal ([BAER, 2003](#)).

O mais sucedido plano do Ministro Fernando Henrique, com o auxílio de economistas foi a implantação da URV (Unidade Real de Valor) que tinha como objetivo o controle da inflação por meio da indexação da URV ao dólar. Essa medida conseguiu conter a inflação e foi ampliada para a troca de uma nova moeda, o Plano Real, que rendeu ao Ministro a eleição no ano seguinte ([BAER, 2003](#)). Uma das características da URV/REAL é a paridade 1 para 1 com o dólar e segundo Baer, o plano ajudou até mesmo o balanço das empresas.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso assume como Presidente da República após vencer uma disputa com o candidato do PT, Lula. No aspecto das privatiza-

ções, FHC continua com os processos de privatizações onde setores importantes da economia são leiloados. De acordo com Manfro, as receitas adquiridas no processo de privatização compreendido entre 1995-1998 atinge-se a cifra de 73,3 bilhões de dólares. Para o período de 1998-2002, a receita gerada foi de 83,40 bilhões de dólares. Das principais empresas, se destaca a venda da Companhia Vale do Rio Doce, que mobilizou grande parte dos advogados do BNDES pois a empresa tinha muitas ações judiciais [Manfro \(2013\)](#). O setor de telefonia (Sistema Brasileiro de Telecomunicações - TELEBRÁS) também é vendido, sob a justificativa de que eram necessários investimentos vultosos para a modernização do setor de telefonia.

Também houve flexibilizações nas normas internas do BNDES que permitiram o financiamento em setores em que antes não eram cobertos, como por exemplo o financiamento de empresas multinacionais. Outra modificação é a incorporação das taxas de juros de longo prazo (TLP) como medida para o custo de financiamento do banco. Com a crise de 99, a taxa também incorporava em sua metodologia de cálculo o risco país e as expectativas inflacionárias. Em outro aspecto, é criado em 1994 o Comitê de crédito para avaliar a situação financeira das empresas que eram atendidas pelo banco, em 1997 o comitê passa a ter poder de veto, o que segundo Manfro, o BNDES passa a se assemelhar mais a um banco privado. Também em 1997 o FINAMEX se torna o BNDES-EXIM e amplia as suas carteiras de financiamento atuando nos setores químico, petroquímico, de têxteis, alimentos e calçados. Considerando o período até 2002, o BNDES teve 33% dos seus desembolsos com o financiamento de exportações e em relação ao setor privado, empresas com faturamento de até 60 milhões de reais representaram desembolsos de 22,2% para o banco ([MANFRO, 2013](#)). Manfro ainda afirma que nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique, o orçamento passou de 7,1 bilhões de reais em 1995 para R\$ 38,1 bilhões em 1995, com participação no PIB de 1,01% para 2,58%.

[Figueiras \(2006, p. 179\)](#) comenta que o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a ingressar no modelo neoliberal e com isso começar a intensificar uma série de reformas na estrutura produtiva, como já iniciado no governo Collor de Melo. Atuação do BNDES como já destacado nos parágrafos anteriores se dá como um agente que permite institucionalização do processo de privatização. Contudo, para compreendermos melhor o processo é necessário desconstruirmos a ideologia neoliberal. O conceito de neo-liberalismo tem suas raízes no Consenso de Washington, criado por Williamson em 1989, o conceito em linhas gerais segundo [Giambiagi e Moreira \(2000, p. 174\)](#) tem as seguintes diretrizes: i) Impor disciplina fiscal, com geração de *superávit primário* e déficit orçamentário de não mais de 2% do PIB; ii) A priorização dos gastos públicos para os setores da economia com maior sensibilidade e maior taxa de retorno; iii) reforma fiscal, com ampliação da base tributária; iv) liberalização do financiamento, preferencialmente aquelas taxas vinculadas aos juros de mercado; v)

unificação das taxas de câmbio a níveis competitivos, eliminando as taxas múltiplas e câmbio e assegurando o crescimento das exportações; vi) liberalização comercial com a diminuição das barreiras à importação; vii) privatização; viii) desregulamentação e por fim, ix) a garantia dos direitos de propriedade.

Entende-se então que o Consenso de Washington, nesta perspectiva é considerado como um conjunto de medidas macroeconômicas que visam o crescimento econômico do país, dada a uma maior garantia de reprodutibilidade do capital e a diminuição dos riscos inerentes da economia visando uma maior mobilidade no mercado financeiro. Um dos movimentos ocorridos durante a implantação do projeto neoliberal no Brasil é a abertura econômica. Giambiagi comenta a velocidade em que a abertura econômica é feita no Brasil. O consenso geral na literatura afirma que a abertura econômica promovida abruptamente durante o governo Collor gerou desemprego em uma escala elevada no Brasil e esse processo continuou com uma taxa de desemprego alta no governo FHC como visto em [Filgueiras \(2006\)](#).

Filgueiras defende que o projeto neoliberal se inicia com o governo Collor devido primeiramente ao fracasso do modelo de substituição de importações em aglutinar os interesses de diferentes classes sociais, sobretudo as que continham a elite hegemônica da sociedade. Em segundo lugar, já havia na sociedade um pensamento que caminharia para a implementação de políticas antiestatistas como bem descrito por [Schneider \(1992\)](#), mesmo com Collor não sendo diretamente filiado ao neo-liberalismo. Contudo, as ideias neoliberais emanavam de uma parte da sociedade e empurravam as políticas governamentais para uma determinada direção. [Filgueiras \(2006, p. 186\)](#) demonstra citando [BoitoJúnior \(2004\)](#):

“Adicionalmente, o projeto neoliberal e a sua política têm como importante aliado a classe média alta, novos ricos que rejeitam qualquer coisa parecida com um Estado de Bem-Estar Social, do qual não se beneficiariam, pois ajudariam a financiá-lo com impostos, mas não fariam uso de seus serviços”.

E não obstante, Filgueiras justifica sua afirmativa dando exemplos:

“[a elite dominante é composta] por executivos de empresas, certos segmentos de profissionais liberais, a alta burocracia governamental, uma nova intelectualidade identificada com os valores e hábitos forâneos e um pequeno grupo de consultores e trabalhadores autônomos altamente qualificados, ocupados em atividades econômicas recém surgidas e típicas dos novos paradigmas tecnológicos. Um segmento social que se beneficiou com a “farra das importações” e também com as altas taxas de juros

e que, ao descobrir os padrões de consumo próprios dos países desenvolvidos, e a ele ter acesso, se deslumbrou e se sentiu incluído no primeiro mundo”.

Filgueiras sintetiza afirmando que a inserção do projeto neoliberal no Brasil se dá por conta de um discurso doutrinário que se afirma de forma ampla na sociedade, com concordância na sua pregação privatizante sobretudo com os gastos excessivos do Estado e os privilégios dos funcionários públicos (como já vimos anteriormente com o debate no governo Collor). O autor destaca que a abertura comercial no Brasil se deu essencialmente por conta dos interesses do capital financeiro, nacional e internacional, e sobretudo pelas elites interessadas no ramo das exportações.

Filgueiras (2006, p. 187) também explica os processos com que se deu a implantação do modelo neoliberal no Brasil:

“Esse processo, de implantação e evolução do projeto neoliberal, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante”.

Quatro esferas de implementação são destacadas: A relação entre capital e trabalho, a relação entre as distintas frações do capital, a inserção internacional do país e a estrutura de funcionamento do Estado. Na primeira, promoveram-se a partir do governo Collor uma reforma estrutural e institucional nas empresas, o que gerou modificações que geraram desempregos (até mesmo o chamado de desemprego tecnológico), o que segundo o autor, levou o país por algum tempo a ter uma diminuição no PIB. Com esse processo de reestruturação, a taxa de desemprego em São Paulo, chegou a 19% da população economicamente ativa. De acordo com o que é previsto pela teoria econômica para o receituário neoliberal, houve aumento da tributação com a carga tributária passando de 25% para 37% no período de (1999-2002). O autor também destaca que nesse período de transformações da sociedade também aumenta o número de ricos, com 1,16 milhões de famílias ricas em 2000, em detrimento a 507 mil famílias ricas em 1980, o autor justifica que o fator de enriquecimento se deu pelo canal financeiro e não pelo da produção. Por fim, o autor também destaca que durante o processo de abertura comercial, e posteriormente no governo FHC com as políticas cambiais e a sobrevalorização do real levou a uma concentração do capital

por meio de processos de fusão, incorporação e aquisições de empresas, que ocorre concomitante com a internacionalização e desnacionalização da economia brasileira (FILGUEIRAS, 2006).

Filgueiras ainda afirma que o processo de abertura econômica gerou um processo de desindustrialização com redução da participação da indústria na economia nacional e especialização regressiva com menor diversidade e desarticulação das cadeias produtivas, nos setores mais importantes que são os setores mais dinâmicos e intensivos em capital e tecnologia, ao mesmo tempo que perde em comparação com setores intensivos em mão-de-obra e em recursos naturais (FILGUEIRAS, 2006, p. 193)

As consequências finais na adoção das políticas macroeconômicas preconizadas pelo ideal neoliberal, naquela época, acabaram por tornar a economia brasileira mais frágil, sobretudo no câmbio, o que levou a uma crise em 1999. Filgueiras sintetiza essas relações da seguinte forma: Instabilidade macroeconômica a partir de 1994 por conta da abertura da economia; A crise de 1999 está ligada à dependência da economia brasileira ao capital financeiro nacional e internacional; A dependência da economia brasileira estaria condicionada pela fragilidade competitiva do país e também devido aos recorrentes déficits no balanço de pagamentos; O balanço de pagamentos seria afetado pelas altas taxas de juros pagas pelos países e por conta da política de privatizações; A fragilidade da economia estaria condicionada a exposição da economia frente ao mercado internacional, tendo como consequência baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação. Por fim, Filgueiras (2006, p. 198) conclui:

“Fechando o círculo deletério, as elevadas taxas de juros e a enorme dependência externa, além de comprometerem o crescimento econômico, fragilizaram também as finanças públicas e inviabilizaram a ação e os investimentos do Estado em todas as áreas. Em particular, tornaram as políticas sociais estritamente assistencialistas e focalizadas e, por isso, claramente insuficientes –tendo em vista o estrago provocado pela estagnação econômica, em especial sobre a parcela mais pobre da população”.

O receituário neoliberal continuaria a operar nos governos seguintes ao FHC, como em Lula e Dilma, mas com a característica de existir programas de distribuição de renda e programas sociais para acesso à moradia e a educação, como veremos mais adiante no final deste capítulo.

Uma crise política a ser destacada no período FHC é o “escândalo dos grampos”. O fato ocorrido se dava no momento da privatização do sistema Telebrás e um grampo (utilizado pelos agentes da ABIN, Agência de Inteligência Brasileira) foi descoberto e ligações telefônicas foram interceptadas, onde se incluía o próprio

presidente da República, que permitia o uso do nome dele para se fazer pressão política para favorecer o consórcio organizado pelo banco *Opportunity* que pertencia ao banqueiro Daniel Dantas e incluía a participação do PREVI, fundo de pensão do Banco do Brasil e os Italianos da Telcom (TAVARES, 2012).

Como resultado da crise, o presidente do BNDES André Lara Rezende e o Ministro das Telecomunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, deixam o cargo. Contudo, anos mais tarde, a justiça absorve os réus e considera legítimo o estímulo dado ao banco *Opportunity*²

² Encontrado em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1998/11/zn111625.htm>>.

4 O BNDES e os Governos Neodesenvolvimentistas (2003-2014)

Este último capítulo tem um enfoque mais conjuntural da participação do BNDES na economia brasileira nos governos neodesenvolvimentistas. As informações relativas ao comportamento da instituição se encontram nos apêndices do trabalho onde as informações contábeis são sistematizadas a partir da fonte dos dados coletados nos relatórios anuais do banco.

Em 2003 Luiz Inácio Lula da Silva assume como presidente da república. Lula indica Carlos Lessa como presidente do BNDES, e Lessa promove algumas modificações na estrutura do banco: A visão da instituição se volta para o social, promovendo o desenvolvimento como inclusão social. Segundo [Manfro \(2013, p. 63\)](#) Lessa questiona a política macroeconômica vigente e aponta que o foco da instituição se constitui de forma oposta às políticas vigentes. Lessa também recuperava o ideal desenvolvimentista e tinha idéias para a formulação de políticas industriais e em setores estratégicos.

Posto em prática, essas metamorfoses da visão do BNDES permitiram compra das ações da Companhia Vale do Rio Doce, o que evitou que empresas estrangeiras adquirissem poder de veto na Vale, o que faria com que a empresa perdesse o caráter de empresa brasileira. A instituição foca também nas micro, pequenas e médias empresas criando o Programa de Participação em Fundos de Capital de Risco para alavancar o capital dessas empresas ([MANFRO, 2013, p. 63](#)). Também é criado o Programa de Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda, também criado para o fortalecimento das pequenas, médias e micro empresas. Os programas que tinham como objetivo a diminuição da desigualdade de renda foram unificados em um novo programa: AGIR (Ação para Gestão Integrada de Recursos). Em 2004, Lessa dá lugar à Guido Mantega na instituição e em 2007 assume Luciano Coutinho, atual presidente do BNDES. A missão do BNDES em 2007 era: Promover o Desenvolvimento Sustentável com geração de emprego com redução das desigualdades sócio-regionais ([MANFRO, 2013](#)).

Com a crise de 2008 o BNDES passou com outros bancos públicos a atuar conjuntamente no PAC, sendo um dos protagonistas para as políticas anticíclicas no combate a crise. Manfro afirma que a preocupação do banco era manter a trajetória do crescimento do investimento. Tal fato permitiu que a economia permanecesse ativa, garantindo emprego e renda para milhares de pessoas. Ainda em 2008, o governo cria a Política de Desenvolvimento Produtivo, criado em cima de um es-

tudo de Coutinho e João Carlos Ferraz, o BNDES viria a ser um dos protagonistas na implementação desse programa. Manfro (2013, p. 64) comenta que o estudo concluiu que a política industrial não deve ficar restrita aos setores de difusão tecnológica e que devem ser adotadas medidas para enfrentar os obstáculos de cada setor, e que cada setor tem suas especificidades. Também é criado em 2008 a Área Internacional, que tem por objetivo a internacionalização das empresas brasileiras. Em 2009 seria criado o Programa de Sustentação do Investimento, tendo também o objetivo de diminuir os efeitos da crise econômica e a carteira deste programa atingiu o montante de 124,5 bilhões de reais, onde 75% deste valor foi destinado ao setor de bens de capital. Por fim, em 2010 o volume de financiamento da instituição passa de 37,4 bilhões de reais em 2002 para 168,4 bilhões em 2010 (MANFRO, 2013).

As relações externas, sobretudo a inserção econômica internacional dos governos FHC e Lula permitem que o BNDES passe a atuar de forma mais preponderante a partir dos anos 2000. Valdez (2011) Explica que o governo Lula teve foco na internacionalização das empresas no continente sulamericano, dando ênfase ao Mercosul e aos demais países vizinhos.

Destaca neste período histórico o ano de 2003 onde houve o seminário de co-financiamento BNDES/CAF (Comissão Andina de Fomento) que resulta na criação do Departamento de Integração da América do Sul dentro da área de comércio exterior do BNDES. No mesmo ano, o BNDES com as suas subsidiárias passa a captar mais recursos no exterior dando início ao processo de internacionalização da instituição, com as reformas estatutárias do banco e as reformas que foram feitas na legislação de comércio exterior do Brasil.

Unindo as questões políticas com as relações entre o Estado e o BNDES, podemos ver uma relação importante destacada por Valdez (2011), que comenta a respeito do paradigma do Estado Logístico no governo Lula, paradigma que afirma que o Estado deixa de ser o principal fomentador do desenvolvimento nacional e passa a transferir essa responsabilidade para a sociedade. Nesse paradigma, o Estado foca nas instituições e setores mais relevantes e estratégicos da economia ao passo que também dá subsídios para as empresas nacionais se internacionalizarem. Não obstante, o objetivo do BNDES/Governo Lula era a internacionalização comercial do Brasil como variável fomentadora do desenvolvimento nacional e a internacionalização do BNDES era um dos vetores para esse processo de desenvolvimento e esse processo se daria por meio da consolidação da presença do Estado brasileiro na América do Sul.

Valdez afirma que o objetivo do Estado consiste por meio do BNDES em dar apoio logístico aos empreendimentos públicos e privados, com preferência ao privado com fim de o dar robustez em termos comparativos internacionais. De acordo

com o autor, esta forma de ver o sistema não elimina os investimentos estatais, mas coloca o paradigma entre o Estado liberal e o Estado Nacional-Desenvolvimentista.

Quanto a presença do BNDES na América Latina, o banco aumenta a sua participação junto a CAF, passando de sócio C para sócio A. O aporte da instituição em 2007 é de 14 bilhões de dólares, enquanto a CAF possuía 4,125 bi, o BANDES venezuelano 4,560 bi.

Destaca-se também de acordo com [Valdez \(2011, p. 66\)](#) uma maior interação entre o BNDES e as três grandes empreiteiras brasileiras: Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez. Em linhas gerais a Odebrecht controla a Brasken e a ETH Bioenergia, empresas do setor petroquímico e de produção de etanol respectivamente. A Camargo Corrêa possui sua própria fábrica de cimento, controla a Alpargatas Calçados, é acionista da CPFL Energia, Usiminas, Companhia De Concessões Rodoviárias (CCR), Dutra (RJ-SP), dentre outras. A Andrade Gutierrez é acionista da CCR, da Light, controla a empresa Telemar e segundo o autor, terá a concessão do aeroporto de Quito, Equador. Valdez afirma que essa alta concentração de capital permite a minimização dos custos e da burocracia na liberação dos recursos públicos.

Quando se considera a participação acionária do BNDES-par em 2010 nessas grandes empresas multinacionais brasileiras, destaca-se as principais no ramo de energia elétrica ([VALDEZ, 2011](#)):

- a) MPX energia (2,60%);
- b) CESP (5,71%);
- c) CPFL energia (18,42%);
- d) ETH Bioenergia (16,33%);
- e) Eletrobrás (18,50%);
- f) Rede Energia S.A (22,59%);
- g) Light (22,96%);
- h) COPEL (23,96%);
- i) CAG (34,96%);
- j) Brasileira (53,85%);

Destaca-se também algumas outras empresas de vulto que possui como acionista o BNDES: América Latina Logística (12,21%), Banco do Brasil (2,43%), Bradesco (0,25%), Brasil Telecom (2,20%), Braskem (5,55%), CSN (2,10%), Embraer (5,37%), Gerdau (3,50%), JBS-friboi (17,32%), Ouro Fino (20%), Marfrig (13,89%), Petrobrás (7,66%), Vale S.A (5,34%) e Valepar (9,79%).

[Souza \(2010, p. 49\)](#) comenta a respeito de aquisições feitas por empresas brasileiras na América Latina com o auxílio do BNDES:

“Na Argentina, em 2003 a Petrobras adquiriu o controle da Perez Compac (empresa petrolífera argentina), incrementando sua presença no país desde então; a Camargo Corrêa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra (2005); a JBS/Friboi adquiriu as unidades da Swift argentina (2005); para projetos de ampliação de gasodutos foi contratada a construtora Odebrecht (2009). Em 2010, a Vale adquiriu os ativos argentinos da empresa anglo-australiana Rio Tinto (Projeto Potássio Rio Colorado); e a Votorantim, que já possuía ações da siderúrgica AcerBrag, adquiriu 50% da Cements Avellaneda; no setor de serviços, o Banco do Brasil adquiriu o Banco da Patagônia. Quase todos os negócios contaram com recursos do BNDES e empresas como Camargo Corrêa, Odebrecht, Friboi, Vale, Petrobras sabem que podem recorrer (e recorrem constantemente) aos financiamentos do Banco, mormente nas suas operações internacionais em países latino-americanos”.

E a autora também explica demais investimentos do BNDES junto a expansão de outras empresas na América Latina:

“Na República Dominicana, as empresas Odebrecht e Camargo Corrêa assumiram o comando das principais operações no setor hidrelétrico (Hidrelétricas Pinalito, Palomino e Las Placetas), com o apoio do BNDES. De fato, as duas empresas participam de praticamente todos os grandes projetos latino-americanos de engenharia/construção civil financiados pelo Banco. No Chile, as obras do metrô de Santiago contaram com o apoio da Instituição e, recentemente, a Petrobras adquiriu a empresa chilena Esso Petrolera, expandindo seus negócios no país. Na Venezuela, a Hidrelétrica La Vueltosa e o metrô de Caracas também contaram com recursos do banco estatal brasileiro. Mathias Luce (2008) aponta outros casos: no Uruguai, a Friboi e a Marfrig controlam mais de 70% da exportação de carne do país. No Paraguai, estima-se que entre 90 e 95% da soja do país esteja em mãos de brasileiros, sem falar nas disputas em torno da Itaipu (de fato, controlada pelo Brasil). No Peru, a Petrobrás é hoje o segundo maior produtor do país (aproximadamente 100 mil barris diários); a Vale explora recursos de fosfato; a Votorantim comprou a maior produtora, refinaria, metalúrgica de zinco, e também a companhia mineira MinCo, que tem 66% das jazidas desse produto mineral; a Gerdau comprou a SiderPeru, maior siderúrgica do país, nestes dois últimos negócios as empresas contaram com recursos do BNDES. No Equador, a presença da Petrobras é bastante relevante e conflitos têm surgido em torno da sua margem de lucro, sobretudo após a expulsão da Odebrecht do país. A empresa foi acusada pelo governo de

cometer irregularidades na construção de uma usina hidrelétrica (que teve de ser fechada depois de um ano de uso), além de denúncias de corrupção em disputas por obras públicas.”

Percebe-se que no Governo Lula há uma maior preocupação com a internacionalização das empresas brasileiras e com isso o alinhamento como proposto por Valdez na formação do Estado Logístico brasileiro, como forma de promover o desenvolvimento econômico sob a forma de criação de grandes conglomerados industriais que vendem seus serviços para o exterior gerando emprego e renda na economia interna. Discussão semelhante poderia ocorrer no governo Dilma com a construção do Porto de Mariel em Cuba, onde o BNDES emprestou 648 milhões de dólares para a construção do porto e agora em 2014, houve discussões acaloradas a respeito do financiamento do banco no porto¹. O que se poderia levar em consideração é que no governo Lula diversos empreendimentos como foi demonstrado foram feitos nos mais diversos países mas em especial, no caso de Cuba os ânimos foram levantados e o empréstimo, orientado para a Odebrecht construir o porto foi levado a sério por determinados canais de empresa, que criticaram duramente o caráter sigiloso dos contratos.

A relação entre o neo-desenvolvimentismo nos governos Lula e Dilma é explicada por [Boito Júnior e Berringer \(2013, p. 31\)](#), o autor afirma que a classe neodesenvolvimentista é representada essencialmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e é constituído por uma massa heterogênea de agentes sociais, como trabalhadores rurais, desempregados, subempregados, por trabalhadores por conta própria, sendo aquilo o que o autor considera como “massa marginal”. Este modelo econômico por parte do PT se contrapõem ao modelo de cunho liberal e ortodoxo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), onde segundo o autor:

“(...) apesar do nome, esse partido não tem nenhuma relação com a socialdemocracia de tipo europeu. O campo neoliberal ortodoxo reúne, grosso modo, o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira plenamente integrada a esse capital, a maior parte dos grandes proprietários de terra e a alta classe média do setor público e do setor privado.”

O conceito de neo-desenvolvimentismo segundo [Boito Júnior e Berringer \(2013\)](#) pela busca do crescimento econômico do capitalismo brasileiro sem romper com os limites dados pelo sistema neoliberal em vigência no Brasil. O autor ainda

¹ Uma discussão mais aprofundada do tema pode ser encontrado em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-05/financiamento-de-porto-cubano-foi-operacao-normal-diz-presidente-do-bndes>.

afirma que o crescimento econômico nos governos Lula e Dilma ocorreram porque os governantes lançaram mão de alguns elementos de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões FHC, sendo os quais:

“(i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica.”

Não obstante, o autor considera que apesar dessas medidas tomadas de forma diferenciada em relação ao modelo neoliberal, como não há ruptura com o sistema internacional e também não há uma quebra com a doutrina do tripé macroeconômico (câmbio flutuante, regimes de metas de inflação e geração de superavit primário), convém chamar o atual modelo de neo-desenvolvimentismo.

Quanto a diferenciação entre o velho desenvolvimentismo (1930-1980) como já tratado nesta monografia, [Boito Júnior e Berringer \(2013, p. 32\)](#) afirma que o neo-desenvolvimentismo é o desenvolvimentismo na época do capitalismo neoliberal, e ele explica essa relação por meio de seis pontos:

“O neo-desenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os estrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista.”

Boito ainda afirma que a grande burguesia interna, principal força da frente desenvolvimentista, se encontra distribuída por diversos setores da economia: indústria, mineração, construção pesada e as empresas do agronegócio, que são as grandes exportadoras de produtos brasileiros. Se compararmos com os parágrafos anteriores que explicavam as grandes empresas financiadas pelo BNDES, percebemos

que há um alinhamento entre os dois textos, onde essas empresas da burguesia interna favorecida pelo estado neodesenvolvimentista é a mesma que é financiada pelo BNDES, alinhando a teoria que o Estado brasileiro é um “*Estado Logístico*” como apresentado por Valdez (2011).

A população mais frágil que foi atendida pelo governo neodesenvolvimentista do PT, como demonstrada por Boito, foi beneficiada com uma série de medidas distributivas na saúde, na educação e no acesso à moradia e ao crédito, ruptura profunda com os governos neoliberais que privilegiaram a reforma do Estado, mas não tiveram vontade política ou até mesmo condições institucionais para o fazer. Independente das relações de fazer ou não, é um ponto que merece ser destacado como ponto de referência entre os governos neoliberais e os neodesenvolvimentistas.

Recuperando novamente a discussão a respeito dos objetivos de integração internacional, Boito Júnior e Berringer (2013) destaca que a burguesia interna brasileira se uniu com o Estado para os interesses do plano internacional, sob o qual o autor destaca alguns pontos relevantes:

“(i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul- Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Observamos neste e nos capítulos anteriores a análise descritiva do BNDES e o seu papel ao longo da história. Espera-se que com o encerramento deste capítulo fique demonstrada a interação da instituição com os organismos governamentais e com as empresas privadas de modo a auxiliar no processo de diversificação industrial brasileira.

No tocante da relação do BNDES com a política industrial brasileira, a revisão de literatura demonstrou que a instituição após a abertura econômica e em especial a partir da gestão neodesenvolvimentista da instituição se aproximou bastante da dinâmica tecnológica mundial, da economia verde, da discussão inerente à sustentabilidade ambiental. Pequenas e médias empresas são foco dos desembolsos do BNDES nos governos Lula e Dilma, sobretudo com a facilitação do acesso ao cartão BNDES onde as pequenas e médias empresas tem créditos pré-aprovados para a aquisição de máquinas, insumos e equipamentos para a operacionalização de

seus serviços. Acredita-se que o BNDES se tornou uma instituição preocupada com o avanço industrial no Brasil, sobretudo nos setores mais sensíveis à produção de bens de capital e com maior empregabilidade da população. Uma discussão mais aprofundada sobre o tema é encontrado no apêndice do trabalho.

As questões financeiras do BNDES são resumidas aqui em um quadro síntese, onde são destacadas as informações mais relevantes como resultado líquido e desembolsos anuais a partir das análises dos relatórios anuais da instituição.

Tabela 5 – Quadro síntese das informações econômico-financeiras do BNDES a partir dos Relatórios Anuais (1994-2013)

Relatorio Anual	Resultado Líquido em milhões de reais
1994	R\$ 552,08
1995	R\$ 309,262
1996	R\$ 963
1997	R\$ 825
1998	R\$ 810
1999	R\$ 682
2000	R\$ 867
2001	R\$ 802
2002	R\$ 550
2003	R\$ 1.038
2004	R\$ 1.500
2005	R\$ 3.200
2006	R\$ 6.300
2007	R\$ 7.300
2008	R\$ 4900
2009	R\$ 6700
2010	R\$ 9,913
2011	R\$ 9.000
2012	R\$ 8.183
2013	R\$ 8.826

Fonte: Elaborado pelo autor com informações dos relatórios anuais do BNDES

5 Considerações Finais

O presente trabalho buscou na revisão de literatura as informações que pudessem explicar a hipótese da relevância do BNDES ao longo de sua história na economia brasileira. A instituição esteve presente nos movimentos de inflexão da história da economia brasileira, sofrendo metamorfoses segundo as necessidades políticas e econômicas de acordo com cada paradigma de governo.

Foi visto neste trabalho, o BNDES durante a fase do desenvolvimentismo no Brasil, considerando o espaço entre 1950 e 1980, período da economia liderada pelo Estado e que parte considerável do parque industrial brasileiro se consolidou, nas empresas públicas e nas estatais. A literatura mostrou como o banco se comportou neste período. O BNDES também mostrou a sua função na transição democrática com José Sarney, onde a instituição amadureceu como banco de fato, mostrando sua faceta pragmática ao escolher privatizar as empresas que comprometiam os recursos do BNDES-par.

O aprendizado do BNDES com as privatizações na gestão Sarney o tornou o centro nervoso das privatizações a partir de Collor e indo até o fim da gestão Cardoso onde o banco ficou responsável por gerir todos os processos de privatizações e foi o gestor do Plano Nacional de Desestatização o banco atuou como instrumento para o pensamento neoliberal no Brasil e essas características são encontradas no apêndice deste trabalho com as metamorfoses que se apresentam na mensagem do presidente encontradas em cada relatório anual.

A grande última metamorfose apresentada pelo BNDES é encontrada no período do neo-desenvolvimentismo que se inicia a partir de 2002 com Lula da Silva e Dilma Rousseff. O BNDES se mostra alinhado aos interesses do Estado em promover a internacionalização das empresas brasileiras, a exportação de bens e de serviços brasileiros, sobretudo os serviços de engenharia que permitem que o Brasil possa expandir sua esfera de influência na América do Sul. O BNDES de Luciano Coutinho mostra um texto mais voltado à leitura schumpeteriana da economia defendendo a inovação, aos setores mais dinâmicos da economia de modo a tornar a grande matriz industrial brasileira pujante.

As informações relativa a lucro que são detalhadas nos apêndices mostram a evolução do resultado operacional do BNDES que parte com o primeiro relatório anual de 1994 com um lucro operacional líquido de R\$ 550 milhões para a média de R\$ 8 bilhões anuais a partir de 2010. A evolução dos desembolsos da instituição também é apresentada, sempre com recordes sucessivos até atingir o valor de 200

bilhões de reais anuais em 2013 e praticamente, 72% do valor dos desembolsos da instituição eram provenientes dos retornos das operações do BNDES ao investir nas empresas.

O BNDES em 2014 é o terceiro maior banco de desenvolvimento do mundo, uma das poucas instituições capazes de realizar um aporte em grande quantidade de recursos financeiros com financiamentos de até trinta anos com a taxa de juros de longo prazo capaz de fornecer crédito para as empresas produzirem, empregarem e promoverem o desenvolvimento econômico, motivo para o qual o banco foi criado.

No Brasil, pode-se considerar a criação do BNDES como algo raro no mundo, ao ter em seu corpo institucional um órgão público capaz de fomentar o provimento de recursos para as empresas públicas e privadas. Em economias tidas como mais avançadas ou mais maduras o próprio sistema financeiro fornece recursos mais baratos, mas a constituição financeira brasileira e a história do crédito mais caro, devido a fatores estruturais que fogem do escopo deste trabalho torna oneroso para o empresário brasileiro o financiamento de longo prazo, logo, o BNDES é uma possibilidade de corrigir essas deficiências no sistema financeiro brasileiro no fomento ao crédito de longo prazo, de modo que o BNDES pode ser compreendido como um caso particular se comparado com outros países no mundo.

O BNDES atua no país para financiar as empresas para que estas se tornem capazes de competir internacionalmente, onde hoje, o ambiente não é mais favorável para pequenas empresas. Grandes empresas multinacionais hoje são responsáveis pelo comércio entre as nações e é imperativo que a nação incentive a competição das multinacionais brasileiras no cenário internacional caso o mercado sozinho não tenha condições de prover esse financiamento. A presença de uma instituição que gere lucros, que promova a geração de emprego e renda pode ser considerado como importante segundo as linhas gerais apresentadas por este trabalho e a defesa da mesma é feita ao se fazer a análise descritiva da presença do banco no período histórico abordado ao longo dos capítulos.

Espera-se que a revisão e o apêndice sejam minimamente suficientes para satisfazer a curiosidade dos leitores desta monografia e de interessados em conhecer a história do BNDES. Considera-se que como trabalho elaborado por um universidade pública o tema de uma monografia deveria versar sobre questões de interesse nacional e neste caso, foi escolhido o BNDES como ator relevante na formação de capital de investimento para as empresas e a sua defesa é consequência da leitura dos textos escolhidos como norteadores dos resultados apresentados.

Como conclusão final, a literatura demonstrou que o BNDES se comporta como um braço operacional no Estado no financiamento de determinadas empresas

ou setores “escolhendo” os setores em que a economia deve prosseguir ou investir. Considera-se que de fato ele se alinha com o conceito de Estado Logístico no paradigma das relações internacionais e também se alinha com o paradigma do Estado Empreendedor, estudado pelos cientistas sociais e pelos economistas. O BNDES por meio de seus relatórios e pela análise da teoria econômica, seja na análise setorial, seja na análise de conjuntura econômica é uma fonte extensa de trabalhos posteriores a esse e fica como sugestão para a comunidade acadêmica, explorar mais profundamente os conceitos econômicos, sociais e contábeis que estão entesourados nos relatórios anuais do BNDES, o qual tive imenso prazer em perscrutar e ver as metamorfoses do banco.

Referências

- BAER, W. **A retomada da inflação no Brasil: 1974-1986**. São Paulo: Revista de Economia Política, v. 7, n. 1, 1987. 29-72 p. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/25-3.PDF>>. Acesso em: 13 de out. 2014.
- BAER, W. **Economia Brasileira**. São Paulo: NBL Editora, 2003. 510 p. ISBN 8521311974.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1996.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1998.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009.
- BNDES. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.
- BOBSIN, V. **O BNDES e o Processo de Privatização**. 56 p. Monografia — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79401>>. Acesso em: 24 de out. 2014.
- BOITOJÚNIOR, A. **Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro**. Congrès Marx International IV (Francia): [s.n.], 2004.
- BOITOJÚNIOR, A.; BERRINGUER, T. **BRASIL: CLASSES SOCIAIS, NEODESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS LULA E DILMA**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 47, set. 2013. 31-38 p. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/238/23828659004.pdf>>. Acesso em: 30 de out. 2014.

- CARRARO, A.; FONSECA, P. C. D. O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930-1945). **V Congresso Brasileiro de História Econômica**, Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/caxambu1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, EDUARDO M.; ARCEO, ENRIQUE. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 179–206. ISBN 987-1183-56-9. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_anos90.html>. Acesso em: 28 de out. 2014.
- GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **Políticas Neoliberais? Mas o que é o Neoliberalismo?** Rio de Janeiro: Revista do BNDES, v. 7, n. 13, jun. 2000. 171-190 p. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1308.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2014.
- IANNI, O. **Estado e Capitalismo**: estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 270 p.
- LIMA, M. A. A. de A. Dissertação de Mestrado, **O Desenvolvimento Inacabado do Brasil**: O BNDE e a convenção do crescimento de 1952 a 1978. Porto Alegre: [s.n.], 2006. 142 p. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp050809.pdf>. Acesso em: 13 de out. 2014.
- MACARINI, J. P. **A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969**. São Paulo: Rev. econ. contemp. [online], v. 10, n. 3, 2006. pp. 453-489 p. ISSN 1415-9848. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/25-3.PDF>>. Acesso em: 13 de out. 2014.
- MANFRO, L. D. **Financiamento do desenvolvimento e a atuação do BNDES no período 1952-2010**. 71 p. Monografia — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79392>>. Acesso em: 13 de out. 2014.
- MAZZUCATO, M. The entrepreneurial state. **DEMOS**, 2011. Disponível em: <http://www.demos.co.uk/files/Entrepreneurial_State_-_web.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.
- NOGUEIRA, R. P. Dissertação de Mestrado, **MUDANÇA INSTITUCIONAL, IDEÁRIOS E BUROCRACIA: UMA PERSPECTIVA SOBRE A AÇÃO DO BNDES NO GOVERNO COLLOR**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. 127 p. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp132058.pdf>>. Acesso em: 24 de out. 2014.
- SCHNEIDER, B. R. **A Privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista?** São Paulo: Revista de Economia Política, v. 12, n. 1, janeiro-março 1992. 5-18 p. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/45-1.pdf>>. Acesso em: 24 de out. 2014.
- SCHNEIDER, B. R.; SERNA, M. G. **La política de privatización en Brasil y México: variaciones sobre un tema estatista**. México: Foro Internacional, v. 31, n. 1, jul-set 1990. 5-37 p.

SOUZA, A. M. **O expansionismo nos governos Lula e o BNDES**. Brasília: Boletim Meridiano 47, v. 11, n. 120, jul-ago 2010. 47-53 p. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/download/581/756>>. Acesso em: 30 de out. 2014.

TAVARES, M. da C. **Memórias do Desenvolvimento nº 4**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, n. 4, Setembro 2010. 388 p. Edição Especial.

TAVARES, M. da S. Dissertação de Mestrado, **FHC E OS ESCÂNDALOS POLÍTICOS: OS 'MODOS DE DIZER' DE VEJA E ISTOÉ SOBRE AS CRISES PERSONALIZADAS**. Salvador: [s.n.], 2012. 349 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7030/1/Michele%20Tavares.pdf>>. Acesso em: 30 de out. 2014.

VALDEZ, R. C. C. Dissertação de Mestrado, **A Internacionalização do BNDES No Governo Lula**. Porto Alegre: [s.n.], 2011. 132 p.

VELASCO JÚNIOR, L. **A economia política das políticas públicas: Fatores que favoreceram as privatizações no período de 1985/94**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997a. 59 p. Texto para discussão número 54. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/Td-54.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2014.

VELASCO JÚNIOR, L. **A economia política das políticas públicas: as privatizações e a reforma do Estado**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997b. 44 p. Texto para discussão número 55. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/Td-55.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2014.

VELASCO JÚNIOR, L. **Documento histórico: A privatização no Sistema BNDES**. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, n. 33, jun 2010. 307-382 p.

VIOL, A. L. **O processo de Reforma Tributária no Brasil: mitos e verdades**. 82 p. Monografia — Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2000. Monografia premiada em 2o lugar no V Prêmio Tesouro Nacional. Tópicos Especiais de Finanças Públicas. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/vpremio/financas/2tefpVPTN/VIOL_Andrea.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2014.

Apêndices

APÊNDICE A – As Metamorfoses do BNDES por Meio dos Relatórios Anuais

Este apêndice sistematiza a partir dos relatórios anuais do BNDES as informações financeiras que dão lugar a uma análise de conjuntura nos capítulos finais da monografia. Os dados contábeis são elencados a partir de lucro operacional (resultado líquido), ativo e passivo do banco, nem sempre aparecendo em todos os períodos e relatórios. retorno sobre o ativo, desembolsos e outras informações relevantes coletadas na investigação dos documentos.

Espera-se com este adendo ao trabalhado, sanar a curiosidade dos leitores deste trabalho e dos demais interessados em conhecer mais profundamente alguns detalhes operacionais da instituição.

A.1 Relatórios Anuais de 1994 a 1997

No Relatório Anual de 1994 o presidente da instituição Pêrsio Árida logo na introdução introduz o pensamento institucional que estava se instalando no BNDES em 1994. O presidente afirma que era necessário adaptar o banco aos novos tempos e aperfeiçoar os métodos de gestão, “uma vez que a coisa pública deve ser gerida pelos mesmos critérios de eficiência que valem para o setor privado” (BNDES, 1994).

O tema central no relatório é a visão positiva em relação a economia por conta da implementação do Plano Real. O texto destaca o crescimento econômico de 1994 que foi de 5,7% com a estimativa do IBGE e com a expansão da indústria de 7%. Outro destaque dado ao texto é a diminuição da inflação que reduziu para 6% no IPC-r. O aumento do comércio exterior é outro tema em pauta, com aumento significativo das importações e das exportações, decorrentes das mudanças decorridas na estrutura comercial brasileira em Collor e Itamar. Segundo o relatório o fluxo de comércio exterior se totalizou em aproximadamente 77 bilhões de dólares.

O relatório destaca a retomada do crescimento econômico após os anos de recessão a partir dos anos oitenta. O foco do texto se concentra no setor industrial, com ênfase no automobilístico e nos setores de máquinas e de equipamentos, com crescimento de 7,6% na indústria física. Outros tópicos abordados no relatório de conjuntura do BNDES e a expansão da agricultura e do setor externo.

A visão interna do BNDES a respeito de sua própria atuação em 1994 é dada de acordo com o relatório (BNDES, 1994, p. 21):

A atuação do Banco tem como objetivo a permanente geração de empregos, através da expansão da capacidade produtiva e do aumento da competitividade da economia brasileira, potencializando a participação dos recursos privados no financiamento do investimento para promover: i) a reestruturação da indústria, de modo a adequá-la a um maior de competição doméstica e internacional; ii) modernização e adequação da infraestrutura econômica, buscando maior participação de investimentos pelo setor privado; iii) a modernização do setor agropecuário, privilegiando a incorporação e a difusão de novos conhecimentos tecnológicos; iv) a conservação do meio ambiente.

O texto já demonstra uma visão da instituição para a modernização e para a reestruturação da economia, como era também a visão de Collor, como havíamos visto antes. Essa visão de aumento da eficiência, aumento da produtividade, reforma das estruturas existentes estava intrínseco no pensamento dos técnicos da época. Outro ponto a se destacar no relatório é a ênfase dada aos desinvestimentos (privatizações feitas pela BNDES-par. É destacado a receita de 355 milhões de dólares auferidas em 1994 com a venda da participação acionária de 69 empresas, sendo 63 vendidas na totalidade das participações. O texto também destaca que em uma das operações o BNDES-par recebeu o prêmio pela bolsa de valor do Rio de Janeiro “Criatividade de Produtos - Bolsa Rio”, dada a inovação financeira do BNDES durante as privatizações.

O texto comemora os trinta anos da Finame que na época tinha os maiores desembolsos de sua história, totalizando 3 bilhões de dólares e 76.790 operações, cujo crescimento foi de 49% em relação ao ano anterior.

No anexo B do relatório é dado destaque aos principais projetos que receberam financiamento do BNDES em dólares:

- a) No setor de Papel e Celulose a Cenibra recebeu 139 milhões de dólares; Bacell com 38 milhões de dólares; A Aracruz recebeu um total de 225,8 milhões de dólares, sendo destes: 190,9 recursos do BNDES, 21 da Finam e 13,8 do BID-Eximbak; Simão recebeu 115,2 milhões do BNDES, sendo 61,9 da Finame e o restante do banco, Klabin com 8,3 milhões, ainda contando com a Ribasa, Bahia Sul e Santher nos setores de papel e celulose;
- b) No setor de Mineração e Tecnologia as empresas que foram beneficiadas pelo BNDES foram: Pará Pigmentos S.A (17,2 milhões de dólares), Latas de Alumínio S.A (15 milhões de dólares), Acesita (40 milhões de dólares);

- c) No setor de química e de petroquímica a Eucatex Química (14 milhões de dólares), Eucatex Madeira (59,3 milhões de dólares), Getec (4,7 milhões de dólares), Manah (5 mi), Pronor (2 mi), Petropar embalagens (34 mi), Fitesa (BNDES 13,8 mi e Finame 2,9 mi), Dixie Lalekla (12 mi), White Martins (BNDES 4,7 mi e Finame 814 mil);
- d) Para o setor de Metal-Mecânica, Bens de Capital e o Complexo Eletrônico se destacam: Arteb (26,1 mi, sendo deste 7,7 mi oriundo do Finame), CCE (10,9 mi), Inepar (17,4 mi), Lochpe-Maxion (24,7 mi)
- e) Para o setor de bens de consumo: Antártica em RN (12 mi), MT (10 mi); Engepack (12 mi); Pepsi (40 mi), Cobertores Parahyba (14 mi); Fiasa (5,5 mi); Textilpar (18,3 mi);
- f) Para o setor de Agricultura e Agroindústria: Agra (16,4 mi do BNDES e 2mi do Finame); CCGL Barrisul (11,32 mi), Itambé (13,7 mi), Projeto Orizícola do Rio Grande do Sul/BRDE (11,4 mi);
- g) Para o Setor de Turismo: Copacabana Palace (18,3 mi); Mabu (6,4 mi), Suarez (9,5 mi);
- h) Infraestrutura e Energia: Energipe (9,3 mi do BNDES e 1,7 mi do Finame); Itamarari Norte (34,3 mi). Celtins (17,8 mi do BNDES e 3,4 mi do Finame);
- i) Para o setor de telecomunicações: Inepar (4,3 mi do BNDES e 3,7 do Finame); dentre outros.
- j) Contando com investimentos nos setores de infraestrutura urbana, transporte e carga de mercadorias e transporte aquaviário que foram omitidos nesta lista.

Percebe-se que o BNDES foi uma instituição com relevância para o financiamento de diversos tipos de projetos nos mais diversos tipos de setores na economia brasileira em 1994. No tocante das informações financeiras da instituição, o BNDES possuía 49 bilhões de reais aplicados em empresas considerando o banco e as suas subsidiárias (Finame e BNDES-par), destaca-se dessas aplicações R\$ 7,4 bi aplicados no Fundo da Marinha Mercante. Os recursos do banco (R\$ 41,6 bi) vieram integralmente do PIS/PASEP e do FAT. Os ativos do banco somaram no final do período fiscal de 94 R\$ 41,6 bi. O patrimônio líquido do banco somava US\$ 13,1 bilhões de dólares. Por fim, o lucro líquido do banco no final do resultado foi de R\$ 552.081.000,00.

O presidente do BNDES no ano seguinte foi Luiz Carlos Mendonça de Barros e o texto do relatório apresenta poucas diferenças no aspecto ideológico em

relação ao relatório anterior. A mudança mais significativa no pensamento da instituição foi no objetivo do banco:

“A atuação do Banco tem como objetivo permanente a melhoria do padrão e da qualidade de vida da população, contribuindo para a promoção do aumento da competitividade e da capacidade produtiva da economia brasileira”.(BNDES, 1995)

O presidente da instituição considera cinco diretrizes prioritárias no triênio 1996/1999 (BNDES, 1995, p. 4):

- a) Contribuir com a modernização e internacionalização bem-sucedida da economia brasileira;
- b) Coordenar o financiamento e a regularização dos investimentos privados em infra-estrutura econômica;
- c) Gerenciar o Programa e o Fundo Nacional de Desestatização;
- d) Desenhar e implantar um modelo de financiamento às pequenas e médias empresas;
- e) Atuar na área social com maior ênfase;

Por conta das diretrizes é possível perceber que a filosofia do banco não mudou muito em relação à gestão Árida e ela acompanha a visão neoliberal que estava se instalando na economia. Não se destaca neste relatório os investimentos realizados setorialmente, mas se dá ênfase maior aos resultados obtidos durante o período da desestatização.

Financeiramente, o banco possui aplicações da ordem de 51 bilhões de reais aplicados por ela e pelas suas subsidiárias, destes, 7,3 bilhões de reais estão no Fundo da Marinha Mercante. Os recursos oriundos do PIS/PASEP/FAT são da ordem de R\$ 43,5 bi, os ativos do BNDES no período atingem R\$ 28 bi e assim como em 1994, os empréstimos no ano fiscal atingem 27% dos recursos do banco. O lucro líquido no final do exercício em 1995 foi de R\$ 309,262 milhões

O relatório de 1996 ainda é assinado pelo Presidente Luiz Carlos de Mendonça de Barros e há uma significativa mudança no discurso apresentado na introdução. Primeiramente o banco se auto-intitula como um agente da transformação, e ainda existem mais auto-elogios com adjetivos de dinâmico, moderno, criativo e atuante. O texto se concentra no conceito de renovação, mudança, reestruturação e reconstrução, refletindo o que de fato estava ocorrendo com a implantação do projeto neoliberal no Brasil.

No **BNDES (1996)** o banco afirma que é o agente promotor do emprego (Programa Proemprego) e da relação entre o capital e trabalho, para a expansão da infraestrutura e ao apoio à pequena empresa. Indica também a aproximação ao mercado de capital brasileiro ao prometer investir mais nas empresas por meio do capital secundário, o que levará a instituição ter lucros vultosos, já a partir dos anos 2010. O Banco também indica a conjuntura em que a economia se encontrava, no texto ele aponta que é o banco para os setores mais fortes e para os setores mais fraco (têxtil e calçadista) que estavam sofrendo por conta da abertura econômica. Quando indica a promoção do emprego, também revela o desemprego estrutural em que a economia se encontrava, como destacado no tópico anterior.

O relatório do Banco também apesar de indicar essa posição social e proativa destaca que é o agente da reestruturação dos estados e o agente propulsor das privatizações. Neste texto, pela primeira vez a introdução deixa claro que o BNDES é uma instituição bancária e que é imperativo a manutenção da saúde financeira da empresa, apesar de mais tarde, dizer que “o lucro não é o objetivo final do banco”, mas sim a sua função de promotor do desenvolvimento.

No aspecto financeiro o BNDES teve um lucro líquido consolidado de R\$ 963 milhões e retorno médio de 1,42% sobre as operações. Os ativos totais da instituição atingem R\$ 46 bilhões e o endividamento da instituição também é baixo, com 22% ativos totais. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido é de 6,3% o que é considerado uma margem boa. Os desembolsos para os investimentos no ano de 1996 foram da ordem de R\$ 9,7 bi, com 30 mil operações durante o ano em análise.

Para os projetos de infraestrutura os recursos orçados foram de R\$ 3,46 bi, para o Programa Brasil em ação, os recursos foram da ordem de R\$ 8,02 bi. De acordo com o relatório os projetos aprovados foram:

- a) Gasoduto Brasil-Bolívia (R\$ 380 milhões por meio do BNDES e R\$ 400 milhões pelo Finame);
- b) Hidrovia do Rio Madeira (R\$123 milhões);
- c) Metro de São Paulo (R\$ 767 milhões);
- d) Metro do Rio de Janeiro (R\$ 298 milhões);
- e) Hidrovia Araguaia-Tocantis (R\$ 8,5 milhões)
- f) Proemprego (4,2 milhões de reais)
- g) As áreas contempladas pelo Proemprego eram: i) Transporte de Massa, ii) Saneamento Ambiental, iii) Infraestrutura para o Turismo, iv) Revitalização dos subsetores industriais e por fim, Infraestrutura para melhorar a competitividade.

Fica destacado no relatório a necessidade de se melhorar a competitividade da economia e a promoção de emprego e renda, dado que a economia sofre um gradual processo de desindustrialização causada pela abertura econômica. Já há no texto indicativos que haverá uma aproximação por meio da internacionalização da economia brasileira e o Mercosul se torna um assunto em pauta a partir dos próximos relatórios anuais.

O Relatório Anual de 1997 inova em relação aos demais pois pela primeira vez é apresentado de forma bilingue inglês-português. O texto começa diretamente com as informações financeiras da instituição de maneira objetiva e direta, possivelmente já adequada aos leitores internacionais. Seguindo a forma em que os dados são apresentados, o banco possui aplicações na ordem de R\$ 19 bi e os recursos adicionais para as aplicações vieram dos desinvestimentos realizados pelo BNDES-par. Outro aspecto relevante apresentado pelo relatório é que 50% das novas aplicações tiveram seus recursos oriundos dos retornos das aplicações passadas, tornando o banco menos dependente dos recursos financeiros do PIS/PASEP/FAT (BNDES, 1997).

O texto também apresenta que com essa segurança financeira, o banco pode retornar as suas origens e passar a atuar de forma multi-setorial e com o apoio do setor interno e externo, poder investir em obras de infraestrutura de modo a diminuir os “gargalos” produtivos (palavra-chave que se torna recorrente nos relatórios anuais).

Outros pontos destacados no relatório é o aumento da confiança na economia por conta da estabilização da inflação, a reformulação do Finamex no BNDES-Exim com o objetivo de incentivar a aquisição de máquinas e equipamentos do Brasil para o resto do mundo. Dois exemplos dados no relatório é o financiamento de máquinas e equipamentos brasileiros para serem exportados para a Usina de Três Gargantas na China e os acordos comerciais entre a Embraer e a americana AMR-Eagle.

Na questão social o BNDES libera R\$ 1,42 bi para projetos sociais, cria o Departamento de Reordenamento Agrário para as questões específicas fundiárias. Na questão das privatizações há um aceleração do cronograma do PND para que os processos de privatização se tornem mais rápidos. Uma inovação dentro do sistema BNDES é que o sistema Dutra foi o primeiro *project finance* a ser realizado no setor rodoviário no Brasil, onde nesta modalidade de contrato a garantia do projeto é o próprio fluxo de caixa do projeto.

No âmbito da macroeconomia o relatório anual destaca a crise asiática que causa um problema com as reservas brasileiras (ainda considerando a apreciação do real na economia promovida pelo governo FHC) e a desaceleração do crescimento econômico. O relatório também destaca a crescente dependência da economia brasileira frente à poupança externa. A variável de desemprego não é mencionada neste

relatório anual.

Em relação às informações econômico-financeiras do BNDES: Lucro líquido de R\$ 825 milhões, ativo permanente de R\$ 10,562 bilhões, Patrimônio Líquido de R\$ 10,636 bilhões e aumento no capital social para R\$ 10,339 bi. Um ponto a se destacar nas informações financeiras da instituição é a seguinte frase: “aumentar a credibilidade do BNDES como instituição financeira”, o que ressalta o comportamento atual do BNDES mais do que uma instituição de fomento ao desenvolvimento mas sim um banco como qualquer outro acima de tudo.

A.2 Relatórios Anuais de 1998 a 2001

O presidente do BNDES em 1998 era José Pio Borges e novamente o relatório foi publicado simultaneamente em inglês e português.. O cenário macroeconômico de 1998 é pessimista por conta da crise asiática, o que é destacado no texto. O destaque para o texto é a estabilização da inflação na economia, mas no parágrafo seguinte o desequilíbrio nas contas externas é o primeiro tema corrente, onde se fala da queda dos preços na economia mundial, e sobretudo das *commodities*, que é a principal fonte de receita da economia brasileira no período. Os investimentos a longo prazo que começaram a tomar forma no início da crise em 1997 se tornam mais robustos e o banco intensifica o financiamento nesta modalidade e também reduz a TJLP, segundo o relatório em 1998 os desembolsos para infraestrutura do BNDES atingiram 21 bi.

De acordo com o relatório, a visão a respeito dos investimentos em infraestrutura era:

“O BNDES tem aumentado seus financiamentos na área de infraestrutura, principalmente para projetos conduzidos pela iniciativa privada, a fim de promover o aumento da oferta e a eficiência dos seus serviços, contribuindo, assim, para elevar a produtividade da economia”. (BNDES, 1998, p. 20)

Novamente vemos no discurso do banco a visão que o incentivo a iniciativa privada é a única forma de melhorar a competitividade da economia. O BNDES assume então, como já estava ocorrendo nos outros relatórios a posição que a estrutura brasileira é não-competitiva, ineficiente e com gargalos e que é imperativo que recursos em infraestrutura para o setor privado sejam aportados de modo que as indústrias possam competir no cenário internacional¹. De acordo com o relatório a trans-

¹ Semelhanças com a terminologia de Custo-Brasil é mera coincidência, apesar de que hoje se coloca nas costas do Estado a culpa da infraestrutura não ser boa o suficiente, mas percebe-se que o

ferência das atividades para o setor privado estimulou a demanda por investimentos do BNDES, o que levou a liberação de mais recursos em 1998.

Em relação a liberação de recursos os desembolsos do sistema BNDES (BNDES, Finame, BNDES-par) totalizaram R\$ 19 bi em 1998, demonstrando um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. As aprovações para financiamento totalizaram R\$ 23 bi e com 43.057 operações de crédito, sendo 18.555 realizadas pelo Finame e 12.336 pelo BNDES automático. O retorno dos investimentos do BNDES correspondeu a 53% dos recursos dos novos desembolsos. Em 1998, os recursos oriundos do sistema FAT/PIS/PASEP corresponderam a 6% do total investido. Ainda, 90% dos recursos liberados neste ano foram para o setor privado, no ano anterior, o valor foi de 77%. Para o setor social, foram investidos R\$ 1,627 bilhões sobretudo nos setores de transporte de massa, saneamento, educação, saúde e agricultura familiar.

O relatório de 1998 destaca a consolidação do BNDES-exim que no mesmo ano teve desembolsos da ordem de R\$ 24 bi. No aspecto das privatizações o relatório destaca a privatização do sistema Telebrás com lucro de R\$ 18,95 bilhões e a soma de todas as privatizações rendeu ao banco R\$ 37,5 bilhões.

No aspecto econômico-financeiro os ativos totais do banco foram para R\$ 80,8 bilhões, com carteira de financiamento e de repasses da ordem de R\$ 56 bilhões. No resultado consolidado com lucro de R\$ 810 milhões. O retorno sobre o ativo foi de 1,37%, retorno sobre o patrimônio líquido de 7,76%. Ressalta-se ainda que houve pagamento de dividendos para a União da ordem de 781 milhões relativos ao exercício do ano anterior e teve em imposto de renda e de contribuições sindicais o montante de R\$ 576 milhões.

O relatório de 1999 comenta a respeito da crise econômica e das expectativas pessimistas em relação a economia, mas comemora o crescimento no final do ano de 1%. O texto enfatiza a estabilização da inflação e diz que o objetivo do banco é “conjugar a estabilização monetária com a retomada do nível de emprego ansiada por todos os brasileiros (fazendo alusão a crise de desemprego que estava alta no Brasil no começo dos anos 2000). A participação do BNDES junto ao governo se deu no PPA (Plano Pluri Anual), por meio do Estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento e pelo Programa Brasil Empreendedor, junto com o governo federal. O relatório de 1999 não é assinado pelo Presidente da Instituição, que interinamente é assumida por Milton Seligman e é assinada pela diretoria do banco.

Dentro da análise do discurso do relatório do banco, a palavra “mundo globalizado” aparece pela primeira vez nos relatórios e se destaca também o termo

problema é muito mais antigo e pode ter se iniciado por conta das privatizações em massa e da abertura econômica feita de forma abrupta, sem contar na própria estrutura das Estatais que foram sendo sucateadas ao longo do tempo.

“flexibilização operacional”, o que poderia indicar futuramente que a instituição esta se aproximando de modelos mais modernos de gestão por conta do uso desses termos novos. O objetivo do banco neste relatório é novamente o conceito de competitividade da indústria nacional e a geração de emprego e renda para os brasileiros.

Na parte institucional, o banco ressalta de forma positiva as privatizações que possibilitaram as empresas privatizadas a demandar mais recursos de financiamento do BNDES. Para a captação de recursos externos, o relatório afirma que foi necessário “atuação criativa para atrair capitais nacionais e internacionais” (BNDES, 1999). O BNDES-Exim atinge o montante de desembolsos da ordem de U\$ 2,1 bi para o financiamento de exportações brasileiras.

Os conceitos neoliberais estão fortemente presentes no relatório onde o banco destaca no setor de conjuntura econômica a adoção do regime de câmbio flutuante, a adoção do sistema de metas de inflação e o cumprimento do sistema de metas como preconizado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) agora no final da crise internacional. Como resultados da turbulência na economia, o texto se refere ao aumento da inflação no período para 9% ao ano, a lenta recuperação da economia, a austeridade fiscal, a geração de superávit primário e o baixo nível das exportações por conta da diminuição dos preços das *commodities*.

Um trecho do relatório a se destacar por conta da forte influência da corrente neoliberal é destacada a seguir:

“Após a consolidação do processo de estabilização, assume destaque a discussão sobre os desafios a superar para a retomada de um novo ciclo de desenvolvimento da economia brasileira. Nesse novo ciclo, apesar de restar ao Estado um papel de menor expressão na execução direta do investimento em relação ao que se observou no passado, sua ação continua essencial para construir as bases para a retomada do desenvolvimento econômico. Isso implica a necessidade de recuperação das atividades de formulação e de criação de instrumentos condizentes com a nova configuração macroeconômica do país e com a necessidade de intervenção precisa e seletiva, que deverá caracterizar a atuação governamental nos próximos anos. É nesse sentido que o BNDES, como principal agência de promoção do desenvolvimento à disposição do governo, tem um papel fundamental a cumprir”.(BNDES, 1999, p. 12)

Percebe-se no texto uma definição clara que deve se diminuir a presença do Estado na economia e que o BNDES deverá acompanhar essa tendência, tanto que no ano de 1999, os investimentos do BNDES para o setor público foi da ordem de 3%, sendo que em 1998 o investimento foi de 10%.

No aspecto do desempenho operacional do BNDES, o banco e suas subsidiárias tiveram um desembolso de R\$ 19,97 bilhões e 60.178 operações com crescimento de 36,6% em relação ao ano anterior. Do total desembolsado R\$ 18,05 bilhões foram destinados a operações de médio e de longo prazo, R\$ 1,92 bilhões para operações no mercado secundário. O texto relata um relativo pessimismo empresarial por conta do aumento da inflação e aumento da taxa de juros da economia. Os agentes credenciados pelo BNDES foram responsáveis por 66% dos desembolsos. O banco também liberou recursos para o meio ambiente, segundo o texto, até 1999 foram liberados R\$ 5 bi. As receitas com as privatizações atingiram a cifra de R\$ 3,2 bi. Em números, as operações decompostas das subsidiárias do BNDES foram da ordem de:

- a) 1.307 operações no BNDES-exim, totalizando R\$ 3,84 bi;
- b) 21.975 operações no BNDES automático, totalizando R\$ 1,85 bi;
- c) 11.076 operações no Finame, totalizando R\$ 1,75 bi;
- d) 19.528 operações no Finame agrícola totalizando 740 milhões de reais.

O relatório também destaca os programas em infraestrutura onde o banco tem foco:

- a) Programa de Gás e Petróleo (Propag);
- b) Programa Prioritário de Energia;
- c) Programa de Telecomunicações;
- d) Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas;

A venda dos serviços de engenharia também merecem destaque, em função da internacionalização das empresas brasileiras por meio do BNDES:

- a) Aqueduto na Linha Noroeste na República Dominicana feita pela Andrade Gutierrez, com valor financiado pelo BNDES em US\$ 129 milhões;
- b) Estrada do Troncal Amazônico no Peru, construída pela Odebrecht com financiamento do BNDES no valor de US\$ 101,6 milhões de reais;
- c) Linhas Metroviárias na Argentina pela Auston Transportes Ltda. no valor de US\$ 114 milhões;
- d) Usina Hidroelétrica de San Francisco no Peru pela Odebrecht, com valor financiado pelo BNDES de US\$ 243 milhões.

Nas informações econômico-financeiras o banco teve um resultado financeiro consolidado de R\$ 682 milhões, o ativo total da instituição tem crescimento de 9,7% totalizando R\$ 88,6 bi. O retorno sobre o ativo foi de 0,88% e o retorno sobre o

patrimônio líquido de 6,3%. Dos desembolsos de 1999, 74,3% foram efetuados com os retornos dos investimentos anteriores (R\$ 14,8 bilhões), 12,1% com os recursos do FAT, 7,3% com empréstimos e 2% com captação via eurobônus. Para a União foram repassados R\$ 741 milhões de reais em dividendos e R\$ 559,6 milhões em imposto de renda e contribuição social.

O relatório anual de 2000 é assinado por Francisco Gros, novo presidente da instituição. No ano de 2000, há uma reformulação do plano estratégico (2000-2005) e uma nova agenda de mudanças na instituição. O texto indica um BNDES reestruturado, moderno e eficiente. Na reformulação são sete os pontos trabalhados internamente: i) modernização do setor produtivo, ii) investimentos em infraestrutura, iii) apoio às exportações, iv) apoio às micro, pequenas e médias empresas, v) redução dos desequilíbrios regionais, vi) privatizações e vii) desenvolvimento social (BNDES, 2000).

O banco apresenta uma nova missão, onde explicita a questão social em seu texto:

“Promover o desenvolvimento do país, elevando a competitividade da economia brasileira, priorizando tanto a redução das dificuldades sociais quanto a manutenção e a geração de emprego”.

Percebe-se na alteração da missão da instituição que a questão das desigualdades sociais e a questão do emprego se tornam determinantes, sobretudo em uma época em que o desemprego estrutural era uma questão central no debate econômico. Observa-se então, uma nova metamorfose do banco, ao incorporar esses elementos externos da sociedade.

Dos desembolsos realizados pelo BNDES no ano 2000, ênfase é dada nos efeitos multiplicadores dos investimentos do banco. Nos investimentos dos setores produtivos se destacam:

No setor industrial os valores bolsados foram da ordem de R\$ 10,4 bi, sendo distribuídos em:

- a) Transporte de massa (R\$ 2,7 bi);
- b) Metalurgia (R\$ 1,7 bi);
- c) Automotiva (R\$ 1,5 bi);
- d) Alimentos e Bebidas (R\$ 1,2 bi)

Para o setor de exportação o BNDES-exim desembolsou R\$ 13,1 bi, destacando o financiamento no setor aeroespacial para auxiliar a Embraer, que obteve

vendas de US\$ 2,71 bi, outro ponto a se destacar é o financiamento da americana Mesa Airlines na aquisição de aeronaves brasileiras com o valor de US\$ 607 milhões.

No campo das privatizações o texto destaca o acumulado das privatizações desde 1991 totalizando US\$ 100 bilhões. No ano 2000 com as desestatizações, incluindo o Banespa e a venda das ações da Petobrás o banco atingiu a cifra de R\$ 14,4 bilhões.

No aspecto econômico-financeiro os ativos totais do BNDES atingiram R\$ 100,6 bilhões, os recursos desembolsados com valor de R\$ 25,4 bilhões, resultado líquido de R\$ 867 milhões, o maior da história do banco depois de 1996. O retorno sobre o ativo foi de 0,92%, os recursos oriundos do sistema FAT corresponderam a 62% do patrimônio total, destes recursos desembolsados, R\$ 18,1 bi vieram das aplicações anteriores do banco. Para a União, foram repassados R\$ 174,7 milhões e em pagamentos de imposto de renda e contribuições sociais a cifra foi de R\$ 781,2 milhões.

O relatório anual de 2001 que comemora os 50 anos de existência da instituição destaca no primeiro parágrafo as quatro vertentes de crise que afetam a economia brasileira: a crise na Argentina, a crise no setor elétrico (apagão) e o racionamento de energia que afetou o país no referido ano a retração na economia mundial e a crise americana em decorrência aos atentados terroristas em Nova Iorque. Um ponto que chama a atenção no relatório é em referência à crise energética onde o BNDES declara que se “devotará no combate a crise energética”, liberando recursos e financiamento para o setor em crise (BNDES, 2001).

O texto também destaca as melhorias nas variáveis macroeconômicas e de finanças públicas: produção industrial em alta, saldo positivo na balança de pagamentos da ordem de US\$ 2 bilhões, redução do déficit em conta corrente que agora atinge US\$ 24 bilhões, superávit nas contas públicas de R\$ 46,5 bilhões, juro real reduzido a um dígito, e o crescimento do PIB que foi de 2% no ano de 2000.

Na parte operacional do relatório anual foram desembolsados R\$ 25,7 bi, e também foram efetuadas 144 mil operações, sendo que 87,2% dos recursos aplicados são retornos das aplicações anteriores da instituição.

Os desembolsos do BNDES por setor (em bilhões) foram da ordem de:

- a) Agropecuária (2,8)
- b) Indústria (13,1)
- c) Infra-estrutura (7,5)
- d) Comércio e Serviços (1,5)
- e) Educação e Saúde (0,3)

f) Operações no mercado secundário (0,5)

Na parte operacional, em relação as privatizações em 2001, os lucros com o PND chegaram a US\$ 1,1 bi, com destaque para a privatização do Banco do Estado de Goiás e venda de ações preferenciais da Petrobras. No resultado econômico-financeiro o ativo total consolidado foi de R\$ 112,8 bilhões, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 802 milhões. Os dividendos para a União foram de R\$ 549,9 milhões e R\$ 896,8 mi em imposto de renda e contribuição social. O retorno sobre o PL foi de 6,7%, o retorno sobre o ativo foi de 0,8% e margem líquida de juros foi de 2,8%. Uma informação relevante neste relatório é que o banco teve uma classificação A2 na agência de riscos Moodys, sendo a instituição financeira brasileira melhor colocada no ranking ([BNDES, 2001](#)).

A.3 Relatórios Anuais de 2002 a 2005

O relatório anual de 2002 continua comemorando o quinquenário da instituição. O texto destaca a participação do banco no Acordo Geral do Setor Elétrico, e também as medidas implementadas para a redução das vulnerabilidades do país como o aumento das exportações e a internacionalização das empresas brasileiras.

No aspecto operacional da instituição, o retorno líquido do banco foi de R\$ 550 milhões, o retorno sobre o ativo médio foi de 0,4% e o patrimônio líquido cresceu 1,6% atingindo R\$ 12,4 bilhões. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 4,5% e a margem líquida de juros foi de 3,2%. No geral, os indicadores de 2002 foram inferiores ao de 2001 por conta da contaminação com a crise da Argentina.

Os desembolsos no ano de 2002 cresceram 49% em comparação com 2001, totalizando R\$ 38,1 bilhões, incluindo o Programa Emergencial de Energia (R\$ 5,9 bilhões). As linhas de desembolsos da exportações tiveram o montante de R\$ 11,8 bilhões.

Os desembolsos por setor no ano de 2002 para o BNDES em bilhões de reais foi da ordem de segundo ([BNDES, 2002](#)):

- a) Agropecuária(4,6)
- b) Indústria (17,4)
- c) Infra-estrutura (12,9)
- d) Comércio e Serviços (12,9)
- e) Educação e Saúde (2,1)
- f) Mercado secundário (0,7)

Por fim, segundo o relatório foram realizadas 125.131, sendo destas 117.571 feitas com pessoas físicas, micro, pequenas e médias empresas.

O relatório anual de 2003 é marcado pelo retorno às origens da instituição. O presidente Carlos Lessa, demonstra já no primeiro parágrafo demonstra a metamorfose que o banco caminha, demonstrando claramente um alinhamento com o pensamento neo-desenvolvimentista.

"O ano de 2003 marcou o reencontro do BNDES com suas origens de banco criado e orientado para ancorar o desenvolvimento brasileiro. Ao longo das décadas desde a sua criação, o BNDES foi o instrumento de sucessivos governos na saga de nosso processo de industrialização, primeiro como o banco do financiamento da infra-estrutura, depois como o banco da indústria de base e, em seguida, da indústria de bens de capital e de produtos intermediários. Cada nova fase consolidava a anterior e abria novas perspectivas. Foi graças sobretudo ao apoio do BNDES que se estruturou no Brasil um parque industrial capaz de atender grande parte da demanda interna e da crescente demanda de exportações."(BNDES, 2003)"

É interessante demonstrar neste ponto a convergência com as hipóteses traçadas nesta monografia: primeiramente o BNDES possui metamorfoses ao longo em que se modificam os governos, em segundo ponto, a tese central de Valdez (2011) do Estado Logístico ao longo dos governos FHC e Lula parecem estar se evidenciando ao mesmo passo que as teses de Boito Júnior e Berringer (2013) e Mazzucato (2011) também se alinham. Claramente, a citação acima demonstra essa mudança de paradigma na economia brasileira e na ciência política que a cerca.

Nesta metamorfose demonstrada pelo BNDES, o texto de Carlos Lessa é mais contundente que todos os outros textos analisados até o presente momento. O texto possui um caráter mais duro, crítico e demonstra descontentamento com os rumos tomados pela instituição nos anos 90, como se segue:

"Na década de 1990, entretanto, ocorreu uma profunda inflexão na dinâmica do Banco, que, em face de orientação superior da política econômica, se desviou de suas atividades tradicionais de suporte ao setor produtivo novo para se tornar, prioritariamente, um gestor da transferência de ativos produtivos públicos para o setor privado, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização. O BNDES cumpriu disciplinadamente o seu papel, mas o papel que lhe foi atribuído estava em contradição com as suas finalidades legais e históricas. Com a nova orientação política derivada da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, esta Diretoria entendeu como sua tarefa prioritária redefinir a estratégia do Banco."

Ou seja, assumindo as linhas gerais discutidas no primeiro capítulo deste trabalho, temos uma instituição já metamorfoseada no neo-desenvolvimentismo se contraponto a sua versão neoliberal. Apesar das limitações impostas pelo neo-liberalismo neste modelo de desenvolvimento como descrita anteriormente por [Boito Júnior e Beringuer \(2013\)](#), o banco reassume a sua visão próxima do velho desenvolvimentismo, realocando os esforços creditícios e políticos para uma nova visão de Estado.

O retorno à mentalidade desenvolvimentista se observa claramente na passagem a seguir na sessão "Mensagem do Presidente":

"A década de 1990 nos legou um banco de desenvolvimento que se tornava progressivamente um banco de investimento com estritos critérios de mercado. Nós nos colocamos como objetivo imediato restaurar plenamente o banco de desenvolvimento como braço operacional de políticas industriais, que também tiveram de ser recuperadas no novo contexto político."

Na nova postura crítica apresentada pelo BNDES, um dos episódios mais relevante a ser destacado neste ponto é o caso da AES, empresa americana que comprou os direitos sobre o sistema elétrico da antiga Eletropaulo em 2003. Houve a renegociação da dívida da empresa que após a privatização recorreu ao financiamento do banco para que se fosse viável os investimentos em infraestrutura.

Nas palavras do presidente:

"O maior deles foi a renegociação da dívida da AES, para dar fim a um processo de inadimplência disfarçada que vinha se arrastando desde o governo anterior, pondo em risco a governança de uma empresa de serviço público, a Eletropaulo, estratégica para o mais industrializado estado do país. O acordo foi bom para a empresa devedora, bom para o país e bom para o BNDES, estando ancorado num conjunto de garantias e salvaguardas que afasta completamente ou minimiza os riscos financeiros e de serviço no futuro."

Nesse aspecto, também se percebe uma mudança de postura por parte da presidência da instituição e do próprio governo, que assume uma visão mais pragmática em relação aos processos que se deram com as privatizações, dois elementos são centrais nesta análise: i) Lessa afirma que o mercado entendeu perfeitamente a postura do banco ao tentar recuperar o crédito da empresa inadimplente, e, ii) passa a se ter uma crítica direta e contundente em relação aos processos de privatizações realizadas nos anos 90. Cabe lembrar que até dois relatórios atrás, o BNDES ainda gerenciava o PND e era centro nervoso do processo das privatizações. Ou seja, mais

um ponto que leva a observar que de fato o BNDES poderia estar sofrendo, talvez, a mais profunda de suas metamorfoses ao longo de seus 50 anos de história.

A análise de conjuntura econômica apresentada pelo relatório destaca uma queda real do crescimento do PIB de 0,2% e uma redução do PIB per capita de 1,5%, atribuindo ao fato às projeções do IBGE para o crescimento populacional de 1,3% em 2003, e logo em seguida, destaca um crescimento estimado do PIB entre 3% e 3,7%.

Outros elementos macroeconômicos em queda são destacados no texto, diminuição da formação bruta de capital fixo de 6,6% e de 3,3% no consumo das famílias, contraponto com a visão otimista da evolução da exportação de bens e de serviços, com crescimento de 14,2% no período. A inflação também é destacada no texto, com o IPCA de 9,3%, acima da média ajustada de 8,5%.

No tópico do desempenho do BNDES, os desembolsos da instituição atingiram R\$ 33 bilhões (no relatório anual do ano seguinte, este valor seria corrigido para R\$ 35,09 bi), com crescimento de 6% em relação ao ano anterior. R\$ 1,8 bilhão deste montante foi destinado ao Programa Emergencial de Energia Elétrica.

Segundo o relatório, as operações com as pequenas e médias empresas atingiram o montante de R\$ 10 bilhões, crescimento de 20,2% em relação ao ano anterior. No total as operações, em 2003 foram efetuadas 103.042 operações, do qual, 94%, ou seja, 96.486 operações foram com pessoas físicas, micro, pequenas e médias empresas.

No Finame foram desembolsados R\$ 5,3 bilhões, com crescimento de 33% em relação a 2002. Para os recursos destinados às exportações, os recursos desembolsados foram da ordem de US\$ 3,9 bilhões.

O lucro nominal do banco em 2003 foi de R\$ 1,038 bilhão, com crescimento de 89% em relação ao ano anterior que foi de 550 milhões. O patrimônio líquido totalizou R\$ 12,8 bilhões, com rentabilidade de 8,2% sobre o patrimônio líquido médio.

No campo operacional o relatório destaca o início da recuperação da indústria naval brasileira junto com a Petrobrás, a "maior demandante de empréstimos diretos e indiretos para a aquisição de equipamentos navais destinados à exploração de petróleo no mar."

Os desembolsos por setores em 2003 foram da ordem de:

- a) Agropecuária (R\$ 4,60 bilhões);
- b) Indústria (R\$ 16,09 bilhões);
- c) Infra-estrutura (R\$ 10,01 bilhões);

- d) Comércio e Serviços (R\$ 2,47 bilhões);
- e) Educação e Saúde (R\$ 0,37 bilhões);
- f) Operações de mercado secundário (R\$ 1,55 bilhões)

O relatório anual de 2004 assinado por Guido Mantega, comemora a taxa de crescimento do PIB de 4,2%, ao contrário do que a instituição esperava de 3 a 3,7% previstos. Textualmente é destacado um novo ciclo de investimentos em uma época de estabilidade macroeconômica no país. Curiosamente, a mensagem do presidente deste ano é bem mais tímida do que a escrita por Lessa no ano anterior.

Na parte de conjuntura econômica a produção industrial cresceu 8,3% em 2004, com uma baixa inflação de 7,4%, abaixo do teto de 8%. As contas externas estavam com um superávit de US\$ 33,7 bilhões. O texto também destaca a expansão da formação bruta de capital fixo de 19,6% do PIB contra os 17,8% do ano anterior.

No aspecto operacional, os desembolsos do banco em 2004 foram de R\$ 40 bilhões, novo recorde até o momento. Desses recursos, R\$ 39,8 bilhões foram destinados a financiamentos de médio e longo prazos.

O relatório afirma que o apoio do BNDES viabilizou um total de R\$ 56,6 bilhões de investimentos na economia, por conta do efeito multiplicador de 1,42 (BNDES, 2004).

Os desembolsos por setores em 2004 foram da ordem de:

- a) Agropecuária (R\$ 6,93 bilhões);
- b) Indústria (R\$ 15,78 bilhões);
- c) Infra-estrutura (R\$ 15,17 bilhões);
- d) Comércio e Serviços (R\$ 1,66 bilhões);
- e) Educação e Saúde (R\$ 0,29 bilhões);
- f) Operações de mercado secundário (R\$ 0,18 bilhões)

Os investimentos realizados nas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) foram de R\$ 12,6 bilhões e com 128 mil operações nas MPMEs.

Novos programas são criados no BNDES em 2004, dos quais podemos destacar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (Profarma) e o Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados, relançou o Programa de Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Prosoft), criou o Funtec (Fundo Tecnológico), voltado para o financiamento de inovações tecnológicas, o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren).

No aspecto econômico-financeiro, o BNDES teve um resultado líquido de R\$ 1,5 bilhão, novo recorde na história da instituição. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido atingiu 11,1%, o ativo total chegou a R\$ 164 bilhões, o ativo permanente em R\$ 15 bilhões. Os recursos do sistema FAT correspondiam a 59,4% do passivo total do banco, a captação externa 13% e o patrimônio líquido 8,6%.

O relatório anual de 2005, em sua mensagem do presidente, novamente assinada por Guido Mantega, é igualmente objetiva e sucinta como no ano anterior. Destaca-se neste relatório a diminuição dos *spreads* bancários em 30%, por conta do objetivo central da instituição em tornar acessível os recursos do BNDES para a população como um todo. O banco neste ano teve um novo slogan: "O Banco de Todos os Brasileiros", já denotando essa política de democratização dos recursos da instituição.

No campo da conjuntura econômica, o PIB de 2005 teve um crescimento de 2,3%, menor do que no ano anterior. O relatório apresenta uma taxa de investimento de 20% do PIB, com crescimento da indústria (12% na produção de bens de consumo duráveis), destaca-se também em 2005, diminuição da taxa de desemprego (9,8%, se comparado com 11,5% e 12,3% registrado nos dois anos anteriores). A inflação de 2005 segundo o (BNDES, 2005) também foi mais baixa com uma variação de 5,69%

Nas operações, os desembolsos do BNDES em 2005 atingiram R\$ 47 bilhões, com crescimento de 18% em relação a 2004. Na distribuição por setores, a Agropecuária teve desembolsos da ordem de R\$ 4,06 bilhões, enquanto a Indústria ficou com R\$ 23,44 bilhões, a Infra-estrutura R\$ 17,10 bilhões, Comércio e serviços com R\$ 2,38 bilhões e as Operações com mercado secundário em 100 milhões de reais. Não obstante, o número de operações feitas 2005 atingiram 117,5 mil operações por meio das instituições credenciadas, com 53% do total dos desembolsos do banco (R\$ 24,9 bilhões). Para as MPMEs, o número de operações foi de 108,5 mil do total de operações e com os desembolsos na ordem de R\$ 11,2 bilhões.

O desempenho econômico-financeiro do banco em 2005 apresentou um resultado líquido de R\$ 3,2 bilhões, recorde novamente na instituição com crescimento de 113,7% em relação ao ano anterior, que já tinha tido um crescimento de 44% em relação a 2003. O texto atribui esse lucro ao bom desempenho da carteira de financiamento e dos rendimentos auferidos pela carteira de renda variável, sobretudo na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio.

O patrimônio líquido do banco totalizou R\$ 15,7 bi, com rentabilidade sobre o PL de 21,4%. O ativo total do BNDES atingiu R\$ 175 bilhões, com nível de inadimplência em relação a carteira de 2,08%.

O relatório ainda mostra que o ativo permanente atingiu o valor de R\$ 14,7 bilhões, com rentabilidade sobre os ativos médios de 1,89%, orçamento de in-

vestimentos de R\$ 47,1 bilhões, novo recorde. As liberações de recursos na indústria foram de R\$ 23,4 bilhões, na infra-estrutura com desembolsos de R\$ 17,1 bilhões. Os recursos líquidos foram da ordem de R\$ 48,8 bilhões e desses valores, 82% vieram dos retornos das operações de financiamento, 13% através da monetização do banco e 12% por meio dos recursos do FAT Constitucional e do FAT Depósitos Especiais.

A.4 Relatórios Anuais de 2006 a 2009

O relatório anual de 2006 comemora os bons ventos da economia internacional, com crescimento da economia brasileira, aumento no volume dos investimentos privados, aumento no número dos grandes projetos e investimentos com foco crescente em inovação e em ativos intangíveis. Um ponto importante a se destacar a partir de 2006 no âmbito das metamorfoses do BNDES é que a questão de inovação, economia criativa e aproximação do capital intelectual são pontos chaves nessa nova abordagem do BNDES, como veremos nos relatórios anuais futuros.

O texto destaca algo que [Valdez \(2011\)](#) destacou na descrição do paradigma do Estado Logístico, já havíamos observado nos relatórios a aproximação para o uso do BNDES como instrumento da internacionalização brasileira, mas esse aspecto começa a ficar explícito textualmente:

"O setor público empreende grande esforço para superar obstáculos e elevar os investimentos em infra-estrutura, o que deve contribuir para a sustentação do investimento privado ao longo dos próximos anos."([BNDES, 2006](#))

Lembrando que a definição de Estado Logístico, era o Estado que fomentava o investimento privado, atuando em áreas sensíveis para superar os gargalos e promover a maior internacionalização da economia.

No aspecto da questão da inovação no BNDES, essa metamorfose também se explicita:

"Imprimimos uma mudança qualitativa no incentivo à inovação e ao aumento de competitividade. Em 2006, o BNDES investiu com mais ousadia no apoio à indústria farmacêutica e ao complexo eletroeletrônico; aprofundou sua rede de instrumentos para apoiar empresas emergentes, com novos fundos de capital de risco; e introduziu o Funtec, que destina recursos não-reembolsáveis para pesquisa aplicada."

E por fim, a metamorfose mais alinhada para uma visão de inovação concomitante com a visão de Estado Logístico, pode ser verificada no encerramento do assinado por Demian Fiocca:

"O BNDES quer contribuir decisivamente para a superação dos principais obstáculos ao crescimento da economia brasileira e conquistar sua legitimidade em um novo Brasil que se avizinha, com baixo risco de investimento, melhores condições de infra-estrutura, empresas de classe mundial, mercado de capitais pujante e crédito democratizado. A sociedade brasileira pode nos cobrar a ousadia necessária."

Em relação a conjuntura econômica de 2006 apresentada pelo relatório, o material destaca o crescimento de 3,7%, com formação bruta de capital fixo de 16,8% do PIB, desemprego médio de 10%, índice de emprego formal de 4,7% e criação líquida de empregos formais com crescimento de 29% em relação ao ano anterior.

Ainda no aspecto macroeconômico, o IPCA de 2006 foi de 3,1% e as exportações brasileiras com o valor de US\$ 137,5 bilhões, importações em US\$ 91,4 bilhões e saldo comercial de US\$ 46,1 bilhões.

No aspecto operacional, os desembolsos do BNDES chegaram ao valor de R\$ 52,3 bi, novo recorde histórico na série de desembolsos. As aprovações da instituição atingiram a marca de R\$ 74,3 bilhões.

Os investimentos em infra-estrutura e energia foram distribuídos nas seguintes áreas: i) Energia elétrica (R\$ 3,2 bi), Biocombustíveis (R\$ 2,1 bilhões), Petróleo e Gás (R\$ 3,7 bilhões). Para os setores produtivos e de insumos básicos foram investidos R\$ 6,4 bilhões, na siderurgia foram investidos R\$ 2,3 bilhões, papel e celulose R\$ 2,7 bilhões e por fim, químico e petroquímico R\$ 1,3 bi.

Para a exportação, o BNDES-exim desembolsou US\$ 6m4 bilhões em 2006 e o banco introduziu duas novas alterações neste ano: foco no mercado de capitais, com foco nos micro-investidores e para a inovação, passou atuar em fundos de *private equity e venture capital*, com a criação de 12 novos fundos, com investimentos de até R\$ 490 milhões.

O lucro do BNDES foi de R\$ 6,3 bilhões em 2006, novamente, um recorde, com crescimento de 97,7% em relação ao ano anterior, com rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 36,4%. O relatório atribui o lucro ao baixo nível de inadimplência e ao desempenho da carteira de renda variável.

Na renda variável, o banco adquiriu R\$ 2,7 bi, com alienações de títulos e valores mobiliários de R\$ 1,5 bi e receita com dividendos e juros sobre capital próprio de R\$ 1,8 bilhão.

A contribuição do FAT representou 12% da geração líquida de novos recursos, segundo o relatório, dos R\$ 13,7 bilhões captados no FAT, R\$ 6,1 bilhões corresponderam aos depósitos especiais, o serviço da dívida no fundo foi de R\$ 7,1 bilhões.

Luciano Coutinho assina o relatório anual de 2007, e ainda é atualmente o presidente da instituição. O relatório de 2007 apresenta os projetos aprovados que foram da ordem de R\$ 98,8 bilhões e desembolso total de R\$ 64,9 bi, onde segundo o texto, esses recursos alavancaram investimentos da ordem de R\$ 102,7 bilhões na economia, com contribuição de 12,9% na formação bruta de capital fixo.

Os desembolsos para a expansão e a modernização do país foram da ordem de R\$ 25,6 bilhões, para a indústria e serviços, R\$ 34,3 bi e nas operações do Finame R\$ 20,5 disponíveis para aquisição de máquinas e equipamentos financiáveis por meio dos agentes credenciados do BNDES.

No aspecto econômico e financeiro, os ativos totais do BNDES eram de R\$ 202,6 bilhões, com patrimônio líquido de R\$ 24,9 bilhões e lucro líquido de R\$ 7,3 bilhões, novo recorde na instituição. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 33,2% e níveis de inadimplência de 0,11%.

O BNDES sofre uma transformação interna, modernizando a gestão interna por meio de sistemas informatizados, segundo o (BNDES, 2007):

"O denominado "Novo Modelo Operacional", que visa modificar procedimentos para dar mais celeridade ao processamento e à análise de projetos, foi posto no ar em setembro de 2007. Também no âmbito de processos, o projeto AGIR – Gestão Integrada de Recursos – terminou, conforme planejado, sua primeira fase, de análise de situação e planejamento, e foi dada a largada para a etapa de licitação e aquisição de serviços, softwares e equipamentos visando à modernização de processos."

A visão da instituição para os projetos de longo prazo nos investimentos brasileiros também se acentua no final da mensagem de Luciano Coutinho, demonstrando as metamorfoses que já estavam se consolidando no relatório de 2006:

"O BNDES também contribuiu para levar adiante iniciativas de desenvolvimento do governo federal. Neste sentido, engajou-se na implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em particular nas áreas de energia e logística e no desenho e proposição da Política de Desenvolvimento Produtivo. O desempenho do BNDES em 2007 indica que o país está nos estágios iniciais de um importante ciclo de investimentos, o que

pode modificar, substancialmente, o padrão de crescimento baixo e volátil observado nos últimos 25 anos. As perspectivas da economia brasileira me animam e favorecem as chances de que possamos contribuir, junto com empresários e trabalhadores, para um ciclo de desenvolvimento virtuoso e sustentável em nosso país."

O banco então apresenta e demonstra a sua orientação de desenvolvimento do país, nos moldes em que ele foi concebido em 1952, pode se destacar também neste relatório, a percepção do banco a respeito da sua própria importância. Observe o que o relatório anual fala a respeito da instituição em relação ao financiamento de longo prazo de acordo com (BNDES, 2007, p. 18):

"O BNDES é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos na indústria e na infra-estrutura, bem como das exportações brasileiras de bens e serviços."

Ainda no mesmo tópico, o texto afirma que o banco corresponde por cerca de 20% de todo o crédito dos bancos brasileiros ao setor privado, e o texto também afirma que o banco muitas vezes, é o "único provedor de recursos de longo prazo em moeda nacional nos segmentos de mercado onde atua". Pode se observar então, que o banco de fato, está se resgatando como instituição de fomento ao desenvolvimento, diferente de sua metamorfose como banco das privatizações nos anos 90.

O próprio relatório de 2008 explicita as metamorfoses do mesmo ano, o qual se destaca segundo o (BNDES, 2008)

"O ano de 2008 foi marcado por grandes transformações do BNDES. Os desembolsos de mais de R\$ 92 bilhões, um recorde na história da instituição, trazem desafios internos e externos que vêm pautando o novo perfil do Banco. A inequívoca relevância do BNDES como agente propulsor do desenvolvimento econômico brasileiro requer, no atual cenário, ajustes importantes de ordem financeira, gerencial, estrutural e até mesmo cultural, que irão nortear seus passos futuros."

Como demonstrado por Valdez (2011) a respeito do Estado Logístico e a internacionalização do BNDES no governo Lula, o banco já demonstra que a sua estratégia de crescimento "contempla o desenvolvimento de atividades internacionais com base em uma perspectiva integrada." A partir disso, o banco busca a captação de recursos, o crédito para a exportação, seguro, garantias, o apoio à internacionalização das empresas, a internacionalização do BNDES, dentre outros.

O texto destaca a função do banco para o investimento no PAC como ferramenta de controle da crise econômica que se abatia sobre o mundo em 2008 e a capacidade do Brasil de enfrentar a crise mundial.

As liberações do BNDES em 2008 foram da ordem de R\$ 92,2 bilhões, com participação de 13,3% na formação bruta de capital fixo. Os desembolsos para a indústria foram de R\$ 39 bilhões, sendo a área de infra-estrutura absorveu R\$ 35 bilhões dos desembolsos do ano.

O banco promoveu alterações em sua política operacional de modo a diminuir os *spreads* das linhas de financiamento, aumentou os prazos do financiamento do Finame de cinco para dez anos, operacionalizou o programa Revitaliza, Implantou uma área de renda variável para as empresas inovadoras e criou novas linhas de créditos.

Novamente, o banco se destaca como peça importante no financiamento de longo prazo:

"Neste Relatório Anual, fica demonstrado, cabalmente, que o BNDES é um agente extremamente importante para o desenvolvimento industrial e da infraestrutura do Brasil, e que continuará sendo uma ferramenta decisiva para vencermos os atuais e futuros desafios."

Percebe-se claramente uma mudança de postura se contrapormos essa gestão Coutinho do BNDES em relação às outras, por conta do banco sempre insistir que é uma instituição de desenvolvimento econômico e co-autora do processo de desenvolvimento industrial, nos moldes os quais o banco foi criado em 1952.

A citação a seguir, consolida a tese a qual este trabalho foi inspirado:

"O BNDES é a instância do poder público à qual foi delegada a função de agente do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico e social do País, na sua vertente financeira. Organizado como banco público, o BNDES aloca recursos especiais, preferencialmente na forma de financiamentos de longo prazo e participações acionárias, e apóia os investimentos de entidades econômicas e sociais das esferas pública e privada." (BNDES, 2008, p. 19)

Para o aspecto de emprego e renda, o relatório afirma que o Estudo da instituição "Emprego formal, qualidade de vida e o papel do BNDES", que a cada desembolso de 10 bilhões, geraria de 58 mil a 86 mil empregos com carteira assinada no município que recebeu os recursos.

Um outro fator a ser destacado em 2008 é a inauguração do Portal Transparência do BNDES, ferramenta de governança corporativa e *accountability* da instituição para os seus *stackeholders*. A partir deste ponto, todas as operações do BNDES poderiam ser consultadas por qualquer pessoa.

Na área internacional, o BNDES-exim fez desembolsos superiores a US\$ 5 bilhões, e se destaca em 2008, a abertura de uma subsidiária do BNDES em Montevideo, no Uruguai, se iniciando o processo de consolidação internacional da instituição na América Latina.

Dos aproximadamente R\$ 90 bi desembolsados pela instituição em 2008, 24% ou R\$ 22 bi foram repassados para as MPEMs, onde foram realizadas 174.111 operações.

Os desembolsos do BNDES por setor foram da ordem de:

- a) Infra-estrutura R\$ 36 bilhões;
- b) Agropecuária R\$ 5,5 bilhões;
- c) Comércio e Serviço R\$ 11,1 bilhões;
- d) Indústria R\$ 39,6 bilhões;

No aspecto econômico-financeiro do relatório de 2008, o banco teve um retorno de 56,6% na geração dos recursos da instituição para os novos desembolsos de um total de R\$ 94,1 bilhões. O *funding* do banco, deste total, foi responsável por 25,5% da geração de desembolsos, o que segundo o relatório foi responsável pelo volume recorde de recursos.

Os desembolsos do BNDES em 2009 foram da ordem de R\$ 137,4 bilhões, as aprovações de créditos chegaram a R\$ 170,2 bilhões e um lucro operacional de R\$ 6,7 bilhões, apresentando um crescimento de 26,8% em relação ao ano anterior.

Para os desembolsos para as MPEMs o BNDES automático e o Cartão BNDES permitiram um total de R\$ 2,47 bilhões em desembolsos, com um crescimento de 193% em relação ao ano anterior. Os desembolsos do BNDES-exim somaram US\$ 8,3 bilhões, com crescimento de 26% em relação ao ano anterior.

No aspecto conjuntural, o texto de Coutinho destaca o enfrentamento da crise econômica e as decisões de manter os níveis elevados de emprego e renda de modo a manter um nível alto de consumo interno, estratégia adotada pelo governo para o enfrentamento da crise.

DE acordo com o [BNDES \(2009, p. 12\)](#), as medidas anti-cíclicas tomadas pelo governo e pelo BNDES foram:

"Adicionalmente, a adoção pelo governo de um amplo leque de medidas anticíclicas foi decisiva para que no Brasil a crise tenha sido mais branda e sua saída mais rápida do que na grande maioria dos países. No fim de 2008, num quadro de retração do crédito privado, a ação anti-cíclica iniciou-se com estímulos monetário-financeiros, com destaque, no caso do BNDES, para a criação do Programa Especial de Crédito (PEC). No início de 2009, somaram-se a concessão de isenções tributárias à produção e o anúncio de R\$ 100 bilhões em empréstimos ao BNDES pelo governo federal."

O texto também destaca a importância que o BNDES atribui aos bancos públicos no combate a crise:

"As ações executadas pelo BNDES mostram a importância de bancos públicos em contextos de crise. Os exemplos são numerosos e enfáticos. Em 2009, 4,5 milhões de empregos foram mantidos ou gerados por investimentos apoiados pela instituição. Os desembolsos para operações no Norte e no Nordeste alcançaram R\$ 33 bilhões. O apoio do BNDES a operações de micro e pequenas empresas atingiu R\$ 16,5 bilhões, superando o recorde de R\$ 13 bilhões do ano anterior. Finalmente, é indispensável mencionar o apoio a projetos de infraestrutura, com desembolsos de R\$ 49 bilhões no ano, e o estímulo dado pelo Banco à formação de grupos empresariais brasileiros com capacidade de atuar globalmente."

Percebe-se nos dois trechos citados do relatório que o BNDES já a algum tempo, assumia a liderança no tocante de manter a estabilidade de investimentos e da manutenção dos empregos desde 2006 com a mudança de paradigma na instituição.

O texto também indica a intenção de uma operacionalização de um *exim-bank* brasileiro, banco de fomento as exportações, no mesmo molde do Eximbank americano e o Eximbank chinês. Essa demonstração ressalta as ambições do Brasil em se tornar uma potência financeira internacional, como já destacado por [Valdez \(2011\)](#) e [Boito Júnior e Berringer \(2013\)](#).

A.5 Relatórios Anuais de 2010 a 2013

Este último bloco de relatórios irá considerar apenas as informações mais relevantes como o lucro do BNDES nos quatro últimos relatórios e os investimentos por setores como já havia sido feito anteriormente. Não há mais grandes metamorfoses a serem destacadas nos quatro últimos relatórios, dado que o presidente da instituição e o mesmo partido permaneceram no poder nos últimos oito anos.

Os principais pontos a serem destacados, começando com o lucro do banco que foi da ordem de R\$ 9,913 bilhões em 2010, R\$ 9 bi em 2011, R\$ 8,183 bilhões em 2012 e R\$ 8.126 em 2013. Os lucros do banco deram uma diminuída por conta da diminuição dos lucros advindos das operações financeiras no capital internacional, contudo, a lucratividade da instituição se estabilizou em um patamar diferente da encontrada no primeiro relatório em 2014. O ativo total do banco, na série estudada, mostra os valores em reais da ordem de 549 bilhões, 625 bilhões, 715 bilhões e 782 bilhões respectivamente para os anos de 2010-2013. Para 2013, o retorno sobre as operações da instituição eram responsáveis por 77,4% dos novos desembolsos do BNDES, indicando que a instituição está ficando auto-suficiente para o próprio financiamento. No mesmo conjunto de dados, os aportes do Tesouro Nacional eram responsáveis por 8,3% dos recursos ao passo que os recursos do FAT eram responsáveis por 2,8%. Também indicando que o banco passa a depender menos dos recursos do fundo.

Outra informação de caráter relevante para se destacar neste tópico, é que a inadimplência no sistema BNDES atingiu a mínima histórica, sendo que em 2013, a taxa de inadimplência era de 0,01%, indicando solidez e garantia de retorno nas operações do banco. Se for comparar com a taxa de inadimplência com o sistema financeiro nacional, a taxa do SFN é de 3%, enquanto a do banco é de 0,01%, o que é um bom indicador de como anda a gestão dos investimentos.

Para os investimentos em infra-estrutura, os valores da série de 2010 a 2013 são em bilhões de reais segundo o (BNDES, 2013): 52,4; 56,1; 52,9; 62,2. Os dados indicam que no ciclo promovido pelo governo do PT, os gastos com infraestrutura, em oposição aos governos anteriores de foco neoliberal, que focaram mais na privatização, houve uma inversão no ciclo e se investiu mais do que nunca na geração de base para a industrialização, bem como uma estratégia de Estado para o fortalecimento da indústria nacional.

Para 2013, o relatório destaca desembolsos de R\$ 20 bi em energia, e R\$ 9,4 bi em logística. O setor de telecomunicações e de mobilidade urbana receberam em desembolsos, respectivamente: 2,7 e 3,5 bilhões de reais. Os recursos aplicados em economia verde e desenvolvimento social pela instituição foram da ordem de R\$ 24,4 e R\$ 19,5 bilhões de reais.

Para o montante de operações para Grandes e MPMEs, as Grandes empresas tiveram 43.013 operações enquanto as Micros, Pequenas e Médias Empresas totalizaram 1.101.248 operações em 2013. Os valores desembolsados para as grandes empresas foram de R\$ 126,9 bilhões de reais, enquanto que para as MPMEs tiveram um desembolso de 63,5 bilhões de reais.

Os investimentos setoriais do BNDES em 2013 foram de 11,2 bilhões de

reais nos setores de química e petroquímica, 10,3 bilhões de reais em material de transporte e 7,9 bilhões de reais no setor de alimentos e de bebidas. As séries de dados para as exportações do BNDES-exim, em bilhões de dólares foram de: 11,3 para 2010, 6,7 em 2011, 5,5 em 2012 e 7,1 em 2013, consolidando a atuação do BNDES como um banco fomentador das exportações. Os setores que mais receberam incentivo a exportação, segundo o relatório foram: Máquinas e equipamentos (1,1 bi), veículo, reboque e carroceria (2 bi) , outros equipamentos de transporte em (1,2 bi) e construção com (1,3 bi).

Concluindo este apêndice, o objetivo central da análise dos relatórios anuais, foi primeiramente responder a pergunta feita na introdução deste trabalho a respeito da lucratividade do BNDES. Ficou demonstrado claramente a partir de 1994 quando a receita do BNDES era pouco menos de 500 milhões de reais. Hoje, o lucro líquido da instituição bate pouco mais de 8 bilhões de reais anualmente e com desembolsos se aproximando da casa dos 200 bilhões de reais, com retorno das aplicações sustentando quase 79% dos novos desembolsos, indicando que a instituição está se tornando autosuficiente. Espera-se que com esse capítulo, a indagação a respeito da lucratividade do BNDES esteja sanada.